

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

ATA Nº 028

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Autoridades presentes, senhoras senhores, boa-tarde!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater a valorização do trabalhador da educação no Estado de Mato Grosso.

Gostaria de convidar para compor a Mesa: Sr. Deputado Eliene; Sr. Antônio Carlos Máximo, que, neste momento, está representando a Secretária de Educação, mas é o Secretário Adjunto de Políticas Educacionais.

Nós temos informações de que a Secretária estará presente. Nós estamos aguardando.

Gostaria de convidar, também, o professor Júlio César Martins Viana, Presidente do SINTEP, em Mato Grosso. Assim que outros Deputados chegarem, convidaremos para compor a Mesa.

Gostaria de saber se tem alguém representando a Secretaria de Fazenda e a Secretaria de Administração (PAUSA).

Anunciamos as seguintes presenças: Srª Zilda Fernandes, Superintendente Adjunto de Planejamento e Avaliação de Formação, da SEDUC; Srª Mônica Agripino Botelho de Oliveira, Superintendente de Desenvolvimento e Formação, da SEDUC; Srª Roberta Maria Amaral de Castro, Superintendente de Gestão Escolar; Sr. Luiz Antônio de Carvalho, Superintendente de Recursos Humanos da SEDUC; Sr. Ideraldo Bonafe, Superintendente de Planejamento da SEDUC; Srª Helena Maria Bortollo, Presidente da Subsede SINTEP, Cuiabá; Srª Maria Auxiliadora da Silva, Presidente da Subsede de Poxoréo; Sr. Gilson Romeo da Cunha, Vice-Presidente do SINTEP, Cuiabá; Srª Vânia Regina do Prado Vieira, Diretora Regional do SINTEP, Subsede de Barra do Bugres; Srª Marli Keller, Secretária-Geral do SINTEP; Srª Divanez Alves Correia, Secretária de Comunicação do SINTEP; Sr. Everaldo Brandão, Diretor da Escola Estadual Vinicius de Moraes, de Peixoto de Azevedo; Sr. João Silvaldo, Professor da Escola Estadual Irene Gomes de Campos, de Várzea Grande; Srª Maria da Silva Monteiro, professora da Escola Estadual Marechal Cândido Rondon; Srª Benedita Gonçalves Souza Moraes, professora da Escola Municipal Candido Rondon; Sr. Carlos Roberto Alves Bezerra, professor da Escola Municipal Silvino Leite; Srª Maria da Guia de Almeida, professora da Escola Estadual Maria Cunha Bruno, de Várzea Grande; Srª Andréia Mesquita Forato, Artisent da UPC; Srª Maria Sueli do Rego Baldaia Vilas Boas, da UPC/Cuiabá; Sr. Salvador Santos, representando o Deputado Humberto Bosaipo; e Srª Ivanildes Ferreira dos Santos, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil.

Composta a Mesa, convido todos e todas para que, em pé, ouçamos o Hino Nacional.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL.)

A SR<sup>a</sup> NÁDIA BIANCARDINI - Neste momento, faremos a entrega de Moções de Aplausos aos professores que muito contribuíram para a educação em Mato Grosso.

Convido o professor Helter Alexandre Borga de Mello, neste ato representado pelo Sr. Everaldo Brandão, para receber a Moção de Aplausos.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu só gostaria de dizer o porquê de estarmos hoje, nesta audiência pública, entregando estas moções.

Esses são professores nossos, das escolas públicas de Mato Grosso, que foram homenageados pelo Ministério da Educação no último dia 15 de outubro, que receberam prêmios com projetos que eles desenvolveram nas nossas escolas. Então eu fiz questão, de, ao abrir esta audiência pública, homenagear essas pessoas.

O professor Helter, que está aqui representado, foi premiado entre 20 vencedores de todo o País, com o prêmio “Incentivo à Educação Fundamental 2004”, que é de iniciativa do Ministério da Educação.

O professor Helter Alexandre Borga de Mello recebeu esse prêmio por um trabalho que tem o nome “Pequenos Estrategistas”. Ele desenvolveu um trabalho com alunos que andam quilômetros até a escola rural onde estão matriculados.

Essa escola é Escola Municipal de Ensino Fundamental Valmori Martins, do Município de Novo Mundo, e, para estimular a aprendizagem, o professor utilizou o jogo de xadrez e ensinou os alunos a modelar e pintar o tabuleiro e as peças com materiais retirados da natureza.

Então, pelo seu trabalho, do professor aqui representado, eu gostaria de fazer essa homenagem, como demonstração de respeito e admiração de todo mato-grossense, de nós todos que estamos aqui nesta tarde.

Parabéns! Envie ao professor Helter as nossas felicitações pela iniciativa e pelo prêmio que ele recebeu.

(NESTE MOMENTO A DEPUTADA VERINHA PROCEDE À ENTREGA DA MOÇÃO DE APLAUSOS AO REPRESENTANTE DO HOMENAGEADO - PALMAS.)

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O senhor gostaria de falar sobre o projeto?

O SR. EVERALDO BRANDÃO - Boa-tarde a todos.

Eu não tenho muito a dizer sobre o projeto, até porque eu estou diretor em Peixoto de Azevedo, onde eu tive o prazer de receber esse presente de Novo Mundo, que foi o professor Helter Alexandre Borga de Mello, que chegou para trabalhar este ano.

O projeto foi desenvolvido em Novo Mundo, ele vai dar início ao projeto a partir da semana que vem na escola. Já estava planejado antes mesmo de ele ganhar o prêmio.

Então, o que eu tenho a dizer neste momento em seu nome, primeiramente, parabenizar e agradecer essa iniciativa porque isso vai servir para que incentive outros professores a que eles também possam estar seguindo o mesmo caminho.

Portanto, muito obrigado (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> NÁDIA BIANCARDINI - Convidaremos também para receber a Moção de Aplausos as professoras Isabel Cristina Corrêa Ribeiro e Maria Auxiliadora de Oliveira.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu gostaria, mais uma vez, de falar sobre essas duas queridas professoras.

Elas são minhas amigas há muitos anos. São militantes, defensoras da nossa escola pública, estão sempre presentes na luta dos educadores. São duas educadoras que, na escola

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

municipal onde elas trabalham, na Escola Municipal Marechal Cândido Rondon, no Bairro Alvorada... Essa é uma das escolas que temos muito carinho por ela...

Não é a primeira vez que elas recebem um prêmio, também, do Ministério da Educação. No ano passado elas foram premiadas - e elas vão falar depois -, e foram premiadas este ano, também, entre vinte projetos escolhidos no Brasil, e Mato Grosso recebeu dois. Esse que o Helter acabou de receber e, agora, este que estaremos entregando às duas professoras, Professora Isabel Cristina Corrêa e Professora Maria Auxiliadora de Oliveira.

Elas desenvolveram o projeto em relação a esse Prêmio Incentivo à Educação Fundamental-2004 com o nome: *Livro Sem Contra-indicações, Encanto à Vida e à Alma*, com participação de alunos entre seis e sete anos de idade. Essas crianças desenvolveram livros de poesia, histórias infantis e revistas em quadrinho.

Então, pelo trabalho de vocês duas, recebam, professoras, esta justa homenagem com demonstração de respeito e admiração de todos os mato-grossenses.

(A SR<sup>a</sup> DEPUTADA VERINHA ARAÚJO PROCEDE À ENTREGA DA MOÇÃO DE APLAUSOS ÀS AGRACIADAS - PALMAS.)

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Isabel Cristina Corrêa.

A SR<sup>a</sup> ISABEL CRISTINA CORRÊA - Boa-tarde a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Deputada Verinha Araújo por ter reconhecido nosso trabalho, porque é muito difícil estar valorizando o educador e essa iniciativa que ela teve, para nós, é de grande valia.

Nós começamos o nosso projeto no ano 2001, com livros. Primeiramente com livros de histórias, depois partimos para a poesia, estudando autores brasileiros, como Carlos Drummond e Vinícius, com as crianças, e Maurício de Souza, também, porque daí surgiu a criação de história em quadrinhos, realizada por eles; livros de poemas construídos com os pais e filhos na escola. Aqueles que não podiam ir mandavam o irmão, mas com a família na escola.

A SR<sup>a</sup> MARIA AUXILIADORA - Continuando o que a Sr<sup>a</sup> Isabel estava falando, é muito importante, para nós duas, que os pais participem da vida da criança na escola. Hoje temos comprovado que as crianças que têm a participação dos pais na escola são mais entusiasmadas no estudo do que as que não tem a participação dos pais.

Por isso que valorizamos muito os pais, queremos que eles estejam sempre presentes conosco, conhecendo os nossos trabalhos, sabendo dos objetivos que temos para com os seus filhos.

E, hoje, é um grande momento para nós, é muito importante estarmos recebendo esse reconhecimento porque não é qualquer pessoa que valoriza o trabalho do professor. Mas, acima de tudo, são os nossos alunos os maiores vencedores, pois foi através deles que pudemos estar resgatando esse trabalho, onde as crianças achavam que apenas esses grandes escritores poderiam escrever um livro e onde nós mostramos para eles que não, que é possível uma criança junto com os pais estar escrevendo um livro, que eles seriam capazes. Mas os pais também não acreditavam nisso, porque muitos são analfabetos, outros estudam, mas foi com muito carinho, com muita dedicação, com muito esclarecimento que conseguimos tudo isso. E hoje os pais também estão orgulhosos dos filhos que têm e de ter descoberto essa potencialidade que até então eles não sabiam. Muito obrigada (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quero agradecer a presença da Dona Maria. A Dona Maria é uma companheira nossa, também, funcionária da escola, já fez o curso de profissionalização dos funcionários, está aqui acompanhando as Professoras Isabel e Auxiliadora;

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

temos a presença da Professora Benedita, que também é professora da Escola Municipal Cândido da Silva Rondon.

Gostaríamos de anunciar a presença da professora Julieta Domingues, Conselheira, representando a Presidente do Conselho Estadual de Educação, que é a Professora Alaídes, convidando-a para compor a mesa.

Anuncio, também, a presença do Sr. Jonas Teixeira Motta, Assessor Jurídico da SEDUC; do Sr. Dimas dos Santos Monteiro, professor da Escola Estadual Licínio Monteiro.

Dando prosseguimento a nossa Audiência Pública, caso haja interesse de alguém da platéia interpelar a Mesa, poderão fazer as inscrições junto ao Cerimonial, estritamente sobre o assunto.

Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso o interpelado terá três minutos para a resposta.

Convido, neste momento, o ilustre professor Júlio César Martins Viana, Presidente do SINTEP de Mato Grosso, que dispõe de dez minutos para suas explanações na tribuna. Em seguida, convidamos a Secretaria Estadual de Educação. Se a Secretária chegar em tempo, usará o tempo, ou então alguém que for designado para falar em seu nome.

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - Boa-tarde a todos e a todas.

Inicialmente, quero agradecer aos Deputados desta Assembléia Legislativa pela iniciativa de aprovarem o requerimento solicitando a realização desta Audiência Pública e, principalmente, à Deputada Verinha Araújo pela indicação desta Audiência Pública.

Cumprimento também o Deputado Eliene; o representante do Deputado Humberto Bosaipo, o Sr. Salvador; o representante do Deputado Federal Carlos Abicalil; a Professora Julieta Domingues, representando a Presidente do Conselho Estadual de Educação; o Professor Antônio Carlos Máximo, Secretário Adjunto da SEDUC; demais presentes; os companheiros e as companheiras trabalhadores da Educação presentes neste evento.

No início deste evento nós encaminhamos a cada presente um resumo dos resultados do SAEB sobre educação em Mato Grosso. Temos aí um extrato do SAEB que demonstra os resultados da aprendizagem nos anos de 2001 e 2003.

Eu gostaria de, inicialmente, fazer uma reflexão sobre isso, porque para mim, a educação só tem sentido se o processo educacional resultar em aprendizagem.

No ano de 2003, em língua portuguesa, dos alunos da 4ª série, que tiveram aprendizagem adequada, foram somente 2,2% de todos os alunos, muito embora, estejamos em situação muito crítica ou crítica de aprendizagem em 65,5%. Na 8ª série, somente 5,8% dos alunos têm níveis adequados de aprendizagem e em situação muito crítica e crítica 29,7%. No 3º ano do ensino médio apenas 3,7% têm situação de aprendizagem adequada, 33,3% entre muito crítica e crítica. Na matemática, não é diferente. Na 4ª série, apenas, 3,1% têm aprendizagem adequada, embora 58,5% estejam no estágio crítico ou muito crítico de aprendizagem. Na 8ª série, em matemática, apenas, 1,2% alcançaram resultados adequados de aprendizagem; 61,3% estão na situação muito crítica ou crítica. No 3º ano, do Ensino Médio, 4,3% têm aprendizagem adequada; 71,7% estão na situação crítica e muito crítica. Essa situação só não é pior porque temos exemplo aqui desses três colegas, que, em um esforço pessoal, muitas vezes sem condições necessárias de trabalho e de sobrevivência, fazem a educação no Estado.

Por isso, a homenagem a esses três colegas é fundamental para que reconheçamos que não são exclusivamente dos trabalhadores da educação esses resultados constatados no SAEB. Esses resultados, na nossa compreensão, são resultantes de baixos salários, que levam à múltipla jornada de trabalho ou situações como incentivo, que nós temos recentemente estabelecido para o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

exercício da docência, porque mantém em sala de aula profissionais sem as menores condições de saúde, porque se deixarem a sala de aula, perdem parte do miserável salário que recebem a cada mês.

Esse resultado é consequência, também, de uma organização curricular que é precária para a aprendizagem, que não tem como perspectiva ou pressuposto qualquer necessidade básica mínima de aprendizagem, tem como pressuposto apenas a escolarização, a garantia da permanência durante duzentos dias letivos, com o mínimo de 880 horas, durante oito anos letivos no ensino fundamental.

Esse resultado é consequência também da ausência de instrumentos pedagógicos adequados.

Na escola, nós ainda usamos a tecnologia de cinco ou seis séculos atrás. Qualquer processo produtivo, praticado nesse momento, nesse contexto de sociedade, já incorporou tecnologias muito mais recentes. Também, isso é consequência de um projeto político-pedagógico que está centrado na escolaridade, que tem apenas como perspectiva assegurar burocraticamente aquilo que está previsto na legislação educacional brasileira. E o que está previsto burocraticamente? Duzentos dias letivos e o mínimo de 800 horas, que aqui está estabelecido como o máximo de 880 horas.

Esse cenário não é novo. Essa realidade não é fruto de agora, Sr<sup>a</sup> Deputada que preside esta audiência pública.

Em 1994, o Brasil realizou a sua primeira Conferência Nacional de Educação. Naquela ocasião, justamente esta qualidade era o que preocupava. Foi tirada, nesta 1<sup>a</sup> Conferência, uma série de encaminhamentos, entre eles, nas conclusões, era o de que para reverter esse quadro era preciso uma carreira que garantisse piso salarial, profissional, jornada de trabalho adequada e, principalmente, profissionalização, até porque profissionalizar é dar formação adequada para se desenvolver alguma tarefa. E dentro dessa profissionalização, não só a formação inicial, como também a formação continuada.

Também, na conclusão daquela conferência: sem uma gestão participativa, sem a presença de pais e mães de alunos na escola, sem a presença de todos os segmentos sociais no desenvolvimento de uma política educacional, não teríamos a reversão desse quadro que desqualifica a educação, cuja qualidade que temos é a da “desaprendizagem”, muitas vezes, até porque alguns alunos chegam com mais conhecimento quando entram na escola do que quando saem.

Também é preciso alterar a nossa lógica de financiamento da educação. Fomos fiéis a esses princípios, Deputada, até porque no dia 17 de dezembro de 1994 o SINTEP, juntamente com a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, com a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que estavam presentes nessa conferência, assinaram um pacto, um pacto pela qualidade da educação e oferta de educação para todos.

Diante desse pacto, nós tivemos a nossa ação centrada, no sentido de garantir na legislação de Mato Grosso, nas condições de trabalho de Mato Grosso, aquilo que assegurasse a reversão da situação de 1994.

Para isso, buscamos garantir a formação inicial e continuada, a requalificação profissional, tanto que diversos colegas nossos hoje freqüentam os cursos da UNEMAT, UNEAD, ou os cursos especiais promovidos pela UFMT aqui da Capital.

Buscávamos também a profissionalização, até porque entendíamos que, sem a profissionalização, não teríamos o quadro de servidores necessário para garantir, em todas as atividades da escola, uma ação eficiente, para alcançar eficácia, que é assegurada como um direito

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

do cidadão e uma obrigação do poder público, conforme previsto no art. 37 entre os princípios da gestão pública neste País.

Para essa profissionalização, estabeleceu-se na Lei Complementar nº 50 um prazo de 08 anos. Agora em 2006 nós estaremos concluindo esse prazo de 08 anos. Inúmeros são aqueles que não tiveram acesso a ela ainda, aliás, a SEDUC denunciou isso em matéria veiculada pela SECOM no dia de hoje, onde anunciou que mais de 2.000 desses servidores ainda não têm a formação profissional necessária, por isso é necessário o encaminhamento emergencial do seu plano de carreira, para que ele possa ter salário equiparado ao mínimo, tendo em vista que muitos hoje recebem mais de complemento condicional do que de salário, aliás, os 200% anunciados ali como valor máximo não equipara ainda ao salário mínimo daqueles que nesta carreira está previsto para receber salário de R\$74,00.

Também foi nossa ação, Deputada, assegurar que tivéssemos uma jornada única de trabalho.

É impossível manter uma jornada única de trabalho, quando nessa jornada de trabalho a remuneração que recebemos não é suficiente para atender, Deputado Ságuas, o mínimo das nossas necessidades humanas, de alimentação, de vestuário, de medicamento, de moradia. E muito pouco ou quase nada disso é possível nesse contexto de sociedade, nessa realidade histórica e cultural que estamos vivendo. Por isso, trabalhadores acumulam as múltiplas jornadas de trabalho, precarizando a sua saúde ainda mais, aumentando o quadro daqueles que têm que ter afastamento do seu local de trabalho para tratamento. Ou pior, daqueles que permanecerão no seu local de trabalho mesmo doente para não perder o famigerado 12% de incentivo à docência.

Também foi com a nossa participação que buscamos formular um projeto de gestão participativa em Mato Grosso, previsto na Lei Complementar nº 49, que define não só eleição de diretores e a composição de conselhos deliberativos da comunidade escolar, como também a criação de um fórum estadual de educação, que, nesses últimos dois anos, por negligência e omissão daqueles que têm a responsabilidade de executar uma política pública de educação neste Estado, não tem sido encaminhado, como não têm sido encaminhadas as ações necessárias para a realização da conferência estadual de educação que asseguraria um plano estadual de educação.

No financiamento, Sr<sup>a</sup> Deputada, que preside esta audiência pública, nós também tivemos propostas como da automatização dos recursos da Secretaria de Educação, consequência de anos de estudo e de avaliação sobre o processo de gestão na educação.

No dia 1º de janeiro de 2003, esse encaminhamento foi redefinido nas políticas do atual Governo, incensando essa transferência automática dos recursos para a educação.

Também estão na Lei Complementar nº 49 propostas de regime de colaboração e de gestão única que levassem o sistema único de ensino capaz de assegurar outras condições de funcionamento da educação pública em Mato Grosso, não só no contexto da rede estadual, como também no contexto das redes municipais.

Consequência de não ter sido encaminhado todo este acúmulo histórico, constituído no contexto da sociedade de Mato Grosso, com muita luta dos trabalhadores da educação, com a participação de pais e mães de alunos e de outras representações desta sociedade, é que hoje temos um salário extremamente defasado.

Considerando janeiro de 1990, o nosso salário precisaria ser reparado, hoje, em 75,39%. Em janeiro de 1990, um trabalhador da educação, formação de nível médio, recebia 5,6 salários mínimos. Hoje, recebe 2,7 salários mínimos.

Para reparar isso de imediato, pretendemos uma reposição de 18,33% que são as perdas acumuladas, tendo como referência o piso salarial profissional estabelecido na LOPEB e o

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

resíduo desses 75%. Estamos encaminhando propostas ao Governo, como já encaminhamos, reencaminhando, melhor dizendo, porque encaminhamos em maio proposição nesse sentido, para que ela seja reparada até 31.12, conforme o crescimento da receita.

Deputado Eliene, numa das audiências públicas de que participei aqui, Vossa Excelência dizia não ser viável economicamente. Queremos dizer para Vossa Excelência que sim, tanto que estudo constando nesse *folder* está diante de Vossa Excelência, para que Vossa Excelência possa estar avaliando. E nos colocamos à disposição para fazermos as reflexões necessárias, para demonstrar a Vossa Excelência que isso é possível.

O que estamos propondo até dia 31 de dezembro significaria uma aplicação de algo em torno de 12% na nossa projeção, conforme a inflação dos últimos 12 meses, acima da inflação. E o crescimento da receita de Mato Grosso, considerando o ano de 2003, acima da inflação, foi algo em torno de 24%. Portanto, o que nós estamos propondo é inferior àquilo que é o crescimento da receita de Mato Grosso. Penso poder dialogar com Vossa Excelência no sentido de, não convencê-lo, mas de demonstrar a viabilidade disso e de ter o seu apoio e a sua solidariedade na defesa dessa proposição.

Propomos também a solução para os acúmulos das múltiplas jornadas de trabalho. Enquanto nós tivermos as múltiplas jornadas de trabalho, nós teremos profissionais precarizados, do ponto de vista físico e mental, do ponto de vista intelectual e psíquico, para poder desenvolver essas atividades profissionais. É preciso também reparar no quadro de insuficiência de pessoal que nós temos na carreira. E, para isso, precisamos realizar o concurso público e assegurar os profissionais da educação em números suficientes para garantir as demandas sociais de educação neste Estado. Quero lembrar que a carreira não é um privilégio ou um bem de uma categoria profissional. A carreira é um direito da sociedade, porque é com a carreira, Deputado Ságuas, que garantimos o quadro profissional necessário para desenvolver uma política que é de responsabilidade do Estado. Então, assegurar nessa carreira o contingente de profissionais da educação, essencial para garantia de uma política educacional, professora Julieta, é a garantia de qualidade na educação, que também compete nessa discussão ao Conselho Estadual de Educação.

Também propomos nessa discussão, uma organização curricular que esteja voltada para muito mais do que escolarização, que seja capaz de assegurar a aprendizagem, sob pena de estarmos condenando uma geração inteira à ignorância. E não é qualquer um que estaremos condenando. No meu caso, três dos meus filhos demandam na educação básica neste momento. Daqui a alguns dias, terei uma quarta e pretendo que também seja aluna da escola pública.

Se essa escola não garantir qualidade, nós estaremos condenando, eu, no meu caso, essas três crianças a não terem as condições de adulto, de se inserirem no mundo cada vez mais exigente, do ponto de vista do conhecimento, cada vez mais dominado pelas novas tecnologias. É responsabilidade nossa, coletiva. Como eu já disse no início, nós profissionalmente nos portamos a essa responsabilidade, e muitos e muitas de nós temos feito além daquilo que é a expectativa mediana sobre o nosso trabalho.

Também entendemos que é impossível superar essa situação com a ausência de uma instrumentação das escolas, de forma a assegurar recursos pedagógicos mais adequados a esta realidade de desenvolvimento tecnológico que vivemos hoje.

Para isso, Deputada, esperamos contar com um debate franco, fraterno e sincero aqui na Assembléia Legislativa. Esperamos que a Assembléia Legislativa faça a reparação dos erros e equívocos cometidos, em março, sobre a carreira dos profissionais da educação. Está nas mãos de Vossas Excelências. Cabe a Vossas Excelências definirem a política educacional deste Estado, conforme estabelece a Constituição de Mato Grosso. Obrigado (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu gostaria de agradecer a presença do Deputado Ságuas, que já está à Mesa.

Também gostaria de agradecer muitíssimo a presença da Secretária Estadual de Educação, que atendeu o nosso convite e está aqui conosco para debatermos o tema.

Eu acho muito importante, Secretária, quando nós temos a possibilidade de reunir aqui a nossa mesa, o Sindicato, a senhora, que representa a Secretaria Estadual de Educação, e toda sua assessoria. Eu acho que é dessa forma que vamos caminhando para frente.

Eu quero agradecer a todos e a todas que são funcionários da Secretaria de Educação pela presença, por terem atendido o nosso convite. Muito obrigada.

Ontem nós tivemos aqui, na Assembléia Legislativa, a segunda prestação de contas deste ano do segundo quadrimestre do Governo do Estado. É uma prática que vimos cobrando para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. E ontem foi realizada a audiência do segundo quadrimestre. Isso que o professor Júlio trouxe, a questão da evolução da receita, os gastos do Governo com suas várias áreas de atuação, nós analisamos ontem pela manhã. Estão, inclusive, publicizadas hoje na imprensa. Nós fizemos até um pronunciamento sobre uma análise específica dos recursos da educação e da saúde. Também podemos depois repassar ao Sindicato a nossa análise da execução orçamentária que está, inclusive, publicada no jornal *Folha do Estado*, de hoje.

Eu acho que isso é importante, porque ontem, após a audiência, o Secretário de Fazenda nos telefonou e ele, que é uma pessoa que veio da iniciativa privada, disse que estava bastante animado com essas audiências, que ele tinha uma outra visão do Parlamento, e acha que isso é importante porque vai aprimorando a própria forma como o Governo vem gastando o recurso. Muitas vezes, em uma Audiência, ou mesmo fazendo esse exercício sobre como esses recursos são gastos, passa, inclusive, a admitir alguns erros ou desacertos que têm ocorrido.

Por isso, eu quero dizer que, como Parlamentar, como Deputada Estadual, como professora que sou, em momentos como este, em que podemos reunir tanto a Assembléia Legislativa, através dos Deputados que aqui estão, infelizmente somente três até o momento, mas todos foram convidados, e mais o representante do Deputado Humberto Bosaipo, Sr. Salvador, e o Governo, através de toda Secretaria Estadual de Educação, do Sindicato, através desse diálogo, realmente, possamos buscar aquilo que a categoria está reivindicando, que é corrigir suas perdas salariais, a carreira. Infelizmente, este ano houve a votação da forma como ocorreu, não precisava ter chegado àquela forma como chegamos. E acho que faltou um pouco mais de diálogo. Por isso que achei importante quando o Sindicato nos solicitou esta audiência. Nós entramos com requerimento e imediatamente a Assembléia Legislativa deliberou, votou e hoje estamos realizando esta audiência. Esperamos prosseguir nas negociações.

Portanto, eu quero mais uma vez agradecer a presença da Sr<sup>a</sup> Secretária.

Vossa Excelência dispõe de dez minutos para fazer o seu pronunciamento, se Vossa Excelência quiser usar a tribuna...

A SR<sup>a</sup> ANA CARLA MUNIZ - Gostaria de cumprimentar a todos com uma boa-tarde; agradecer e parabenizar a Colega Deputada Verinha Araújo, o Deputado Eliene, os companheiros aqui da Assembléia Legislativa, funcionários.

É com muito prazer que volto a esta Casa e revejo os companheiros, os funcionários que dão suporte a todo trabalho do Poder Legislativo.

Gostaria de cumprimentar o nosso Colega Deputado Ságuas, o Júlio César, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação que, em seu nome, cumprimento toda categoria que está presente.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Nós estamos à frente da Secretaria de Educação há um ano e dois meses, e nos deparamos com uma Secretaria que precisaria tomar algumas medidas para que a área fim, a área onde está o público da Secretaria de Educação, que são os alunos, os professores, pudessem ter o melhor e o maior suporte necessário da sede da Secretaria.

A área meio tem que, na realidade, ser o complemento da área fim. Nós tomamos muitas medidas. algumas até amargas, mas que temos consciência que foi importante para que tivéssemos um bom andamento.

Não só o SINTEP, mas os diretores, o SIPROS, muitos servidores da educação acompanharam estes avanços e as intenções que todo Corpo da SEDUC, aqui representado pelo professor Máximo e pelos nossos superintendentes, que pode contribuir e ajudar, nas melhores das intenções, para que o Governo Blairo Maggi pudesse contribuir na qualidade de ensino.

No nosso Governo, no período que estamos à frente da Secretaria de Educação, no ano passado conseguimos, além de pagar dez milhões e meio de direitos no ano de 2003, direitos esses alguns do Governo Blairo Maggi, vencidos no ano de 2003 e alguns da herança recebida de outros Governos. Pudemos fazer investimentos na rede física, fizemos investimentos na formação inicial e continuada dos nossos profissionais da educação, e algumas dessas ações feitas pelo ex-Secretário Gabriel Novis Neves.

Quando cheguei à Secretaria, reforcei esse trabalho começado pela equipe e ampliamos algumas ações. Pegamos à frente a data base para que no começo do ano de 2004 pudséssemos pactuar e honrar os compromissos com a categoria.

Os números, todos nós temos conhecimento, mas para resumir o aumento que a Secretaria de Educação deu para os servidores, tivemos um impacto de R\$3.883.000,00/mês e um impacto anual de R\$51.769.000,00/ano, num orçamento que não estava previsto esse aumento. Fizemos esses ajustes necessários, pagamos a categoria a partir do momento pactuado retroativo e continuamos pagando os direitos da categoria em 2004.

Deputada Verinha Araújo, a categoria, até o dia 21 de outubro de 2004, hoje, já recebeu do Governo Blairo Maggi R\$15.000.000,00 de direito, e receberá até o dia 31.12.04, 19 milhões, de direito, fora os 10,5 milhões, de direito, do ano de 2003 - algo nunca visto em Governos passados.

No ano de 2002, a categoria recebeu 2,5 milhões, de direito. Direitos são direitos. O que temos de recomendação, de determinação do Governador é que se pague os direitos da categoria, e nós vamos pagar, até o final de dezembro, quase 30 milhões no Governo Blairo Maggi em vinte e quatro meses. Além do enquadramento que a categoria tem de direito - do enquadramento, não -, das progressões, de mais de 14 mil funcionários que iremos pagar, já está impactado na folha de outubro de uma única vez que vai dar um aumento na nossa folha em torno de 4% a 5% a maior.

Investimos na formação continuada dos nossos profissionais, uma demanda solicitada principalmente pelos professores.

Nós, através da Escola Atrativa, um programa, que abrange vinte e quatro projetos, temos implantado em 432 escolas a sala do professor, que está capacitando 509 coordenadores pedagógicos, uma formação periódica e mensal, principalmente nos pólos dos CEFAPROS. Os municípios que contêm o CEFAPRO são de conhecimento também da categoria. Temos a parceria com as universidades: a UFMT, a UNEMAT e a UNIC. Na região do Araguaia abrimos cursos para os professores da rede pública estadual que não tinham o terceiro grau e demos a oportunidade àquela região, na região deles, trabalhando, de ter condições de ter o ensino superior. Investimento

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

esse de alguns milhões, por quatro anos, e que vai dar condições, além do conhecimento, de melhor qualidade aos nossos alunos na formação dada por esses professores.

No Projeto Arara Azul, um projeto do Governo passado a que demos continuidade, encontramos duas situações. Mil, duzentos e poucos casos em que foram feitos enquadramentos à revelia e sem o critério jurídico. Quando assumimos, o Governo, a PGE havia indeferido o enquadramento. Quando assumi a Secretaria, a equipe apresentou para nós o erro que havia sido feito. Desses mil e duzentos casos, já resolvemos setecentos e quarenta e oito, o que deu o direito a esses funcionários de já estar recebendo o seu salário e também de estar com a sua vida funcional regularizada. Quanto a outros casos pendentes, a PGE, em conjunto com a nossa equipe, está tendo o cuidado, o carinho, para que possamos resolver pendências não feitas pelo nosso Governo, mas pelo Governo anterior, e a categoria, o sindicato têm conhecimento disso.

Além disso, fizemos um levantamento de que ainda tinham mil e seiscentos servidores que precisariam fazer o Arara Azul. E para 50% já foram abertas novas turmas e já estão fazendo a capacitação do Arara Azul, sendo compromisso do Governador Blairo Maggi, até o final do Governo dele, abrir as 800 novas vagas para o ano que vem, para que possamos concluir a capacitação dos nossos profissionais técnicos de apoio administrativo. Tudo isso é investimento na formação dos nossos profissionais.

Fizemos um convênio com a UFMT há alguns meses atrás, oferecendo em cima de uma demanda levantada pela equipe pedagógica na disciplina de física e química, na região de Barra do Garças e na região sul de Rondonópolis, uma demanda muito grande de professores nessa áreas. O vestibular vai ser agora no final do ano, abertas, ofertadas duzentas vagas para os nossos profissionais da rede pública estadual, para que tenham oportunidade de se formar, até porque é uma demanda real da nossa Secretaria. Cem vagas para Rondonópolis e região, cem vagas para região de Barra do Garças, já com vestibular, um convênio firmado com a UFMT de um milhão oitocentos e setenta mil reais.

Firmamos, também, em julho deste ano, com a UNEMAT, mais cem vagas para os professores de educação indígena, dado que os professores que estão se formando iriam concluir o curso, mas a nossa rede de alunos indígenas havia aumentado. Conveniamos com a UNEMAT cem novas vagas - o vestibular é agora em novembro -, para que os professores indígenas tenham oportunidade também de se formar. O convênio é no valor de um milhão e setenta e nove mil reais com a UNEMAT.

Na gestão escolar, estamos no segundo semestre, investindo fortemente na organização para que possamos dar um melhor suporte e termos dados mais precisos, dada que é uma Secretaria de uma amplitude em todos os cantos de Mato Grosso. Fizemos um protocolo de intenção com o Estado de Santa Catarina, onde as Secretarias dos dois Estados pactuaram programa de recursos humanos de Mato Grosso que foi exemplo, inclusive, no CONSED, em que nós, como Secretários estaduais, temos assentos. Através do nosso trabalho, da equipe da Secretaria de Mato Grosso, tivemos a oportunidade de formar a equipe de RH no país inteiro, através dessa apresentação, dessa oportunidade de todos os Superintendentes de Recursos Humanos do País estarem debatendo, discutindo os seus problemas, os avanços a serem buscados por diversas Secretarias de Educação, e conseguimos pactuar com Santa Catarina que tem um modelo de programa informatizado, exemplar, que, inclusive, serviu como subsídio ao MEC, num convênio de custo zero para o Estado de Mato Grosso, para que a gestão escolar na Secretaria de Educação pudesse avançar.

Muitos pontos estão sendo discutidos. Muito está sendo investido na gestão escolar. Para o ano que vem nós vamos ter algumas escolas onde faremos a matrícula através do *call*

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

*center*, onde o professor, onde o pai do aluno poderá fazer a reserva da matrícula de Rondolândia, devido a uma possível transferência para Cuiabá. Não podemos implementar em todas as escolas, tendo em vista a real situação da nossa infra-estrutura, mas nós vamos fazer um avanço nas matrículas do ano de 2005.

Nós tivemos, através de portaria, alguns ajustes em número de coordenadores pedagógicos, de coordenadores de ciclos, que pudemos organizar. Conseguimos, com isso, garantir uma remuneração ao coordenador que não tinha remuneração e estamos em estudo. Estes dados que eu gostaria de passar aos senhores é um estudo para 2005. Teremos um acréscimo de servidores em relação a 2004.

Coordenadores pedagógicos, nós temos 725. Para o ano de 2005, a proposta em estudo é de 1.225, tendo uma ampliação de 500 coordenadores e um impacto mensal na nossa folha de 250 mil reais.

Para 2005, os coordenadores de ciclos serão ampliados em 400 novos contratos, de 352 para 752 novos coordenadores, dando um impacto de 200 mil reais/mês.

Vigias, merendeiras, de 1.640 para 1.960.

Serviços gerais, de 2.641 para 3.000 vagas, dando um acréscimo de 359 vagas.

Enfim, são servidores que, para o ano de 2005, nós teremos condições de ofertar à rede pública estadual, com 3.174 novos empregos. É um estudo, mas a realidade que temos hoje na educação, devido à ampliação de sala, construção de novas escolas, nós não temos como não ter o embasamento e o suporte desses novos profissionais, dando um impacto mensal, desses 3.174 novos funcionários, de um milhão, cento e dez mil reais por mês.

Isto é um estudo, mas nós sabemos, até porque já temos seiscentas e oitenta novas salas de aula, que já foi grande parte inaugurada e grande parte para inaugurar até o final do ano ou até o começo do ano letivo.

Fizemos um investimento na rede física, em 2003 e 2004, no valor de cinquenta e seis milhões de reais. Além dos projetos que temos em parceria com o Governo Federal, que é o Projeto Letração, que tem um orçamento atual de três milhões, cento e dezenove, tendo 10% de contrapartida do Governo do Estado; projetos pedagógicos, como o EJA, inclusive, autorizando para agora uma capacitação a esses profissionais, aos professores; e vários projetos pedagógicos que temos, como o Projeto Aplauso, que tivemos um aumento de 33% referente ao ano de 2002; novas prefeituras e novas escolas tiveram oportunidade.

Transporte escolar, que tínhamos convênios no ano de 2002 com 58 prefeituras; no ano de 2003, com 89; e no ano de 2004, com 129 prefeituras. Não tivemos com o restante porque elas não tinham certidão negativa.

Temos projetos em implementação da Escola Atrativa, como o Projeto Preá, que é um Projeto de Educação Ambiental, que capacita, num primeiro passo, os professores para trabalharem de uma forma transversal esse tema. Temos o Projeto Ipê, enfim, vários projetos, que dá um investimento na área pedagógica em torno de R\$45 milhões.

Então, nós temos um carinho e um respeito muito grande para que possamos, na gestão do Governo Blairo Maggi, contribuir com a qualidade de ensino de Mato Grosso, com a satisfação dos profissionais da educação e, mais ainda, com a satisfação da sociedade mato-grossense, porque somos nós, sociedade, que pagamos impostos públicos e queremos dos Governos municipais, estaduais e federal o retorno de serviços públicos de qualidade.

Temos procurado, na Secretaria de Educação, com a determinação do Governo Blairo Maggi, fazer o que está ao nosso alcance e o que está além do nosso alcance. É uma equipe

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

unida, comprometida e aberta ao diálogo, a discussões, aberta a críticas, até porque todos nós somos seres humanos e não somos perfeitos para só fazer o correto, só fazer o certo.

Estamos no mês de discussão da data base. Estivemos com a Assembléia Legislativa em audiência com o Governador Blairo Maggi e os dois sindicatos da categoria - e Vossa Excelência estava também na audiência -, quando tivemos a proposta de formação de um grupo de trabalho, onde o grupo de trabalho teria, além dos pontos a serem discutidos, um prazo para ser concluído esse estudo. E ontem tivemos a penúltima reunião.

A última reunião do dia 27, que tratará da recomposição dos três anos do Governo, finalizará o nosso trabalho, através de um documento, onde entregaremos ao Governador Blairo Maggi. Mas na reunião de ontem, dia 20, tratamos de um único tema, que foi a equiparação salarial dos servidores que estão na Lei nº 6.027, que, pela LOPEB, teria um prazo de dez anos para poder ser incluído. E grande parte desses 3.600 servidores e aposentado, e aí a dificuldade, onde, por unanimidade do grupo de trabalho, conseguimos realizar essa equiparação, dando o direito para mais de 2.200 aposentados, Júlio. Mais de 2.200 vão ter o pleito por muitos anos sonhados e vão ter o respeito deste Governo, atendendo uma reivindicação muito antiga. E esses 3.600 servidores vão ter a tão sonhada isonomia salarial que vai ser atendida pelo Governo Blairo Maggi.

Eu quero dizer que não pudemos contar com a presença, no grupo de trabalho do SINTEP, mas que todas as discussões, em todos os momentos de reuniões do grupo de trabalho que eram realizados no Conselho Estadual de Educação, uma vez na semana, toda quarta-feira, às 14:00 horas, mas tivemos o carinho, tivemos o respeito com a categoria para que todos os andamentos fossem pactuados e votados, inclusive com a presença da Assembléia Legislativa.

Para encerrar, gostaria de dizer que a Secretária Ana Carla, que a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso está de portas abertas para discutir com a categoria não só a recomposição como também os dois anos que temos no Governo, até porque o dia 27 é o tema a ser concluído e pactuado, e eu espero pela unanimidade dos integrantes do grupo de trabalho.

A intenção do Governo é a melhor; o respeito com o ser humano também é de total comprometimento e esperamos, nas reuniões que teremos com o sindicato, poder avançar para a melhoria de todos. E só quem ganha é a sociedade mato-grossense.

Muito obrigada (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Antes de passar a palavra ao Deputado Eliene, quero justificar a ausência do Deputado Carlão Nascimento, que é membro da Comissão de Educação, mas que se encontra, neste momento, com a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária discutindo o Orçamento do Estado para 2005.

E também quero dizer que os Deputados que estão compondo essa Comissão foram indicados pela Mesa Diretora. Portanto, não foi aprovado pelo Plenário, não foi consultada a Comissão de Educação. Dois Deputados a compõe, que é o Deputado Humberto Bosaipo e o Deputado Riva. Eu, inclusive, que sou professora, que fui membro do sindicato, não fui convidada para compor a Comissão.

Então, eu gostaria de dizer que, infelizmente, até ponderamos para que houvesse uma distribuição mais diversa da representação da Assembléia Legislativa, o que não aconteceu. Portanto, eu não tenho até o momento nenhuma informação sobre esse trabalho, como ele foi desenvolvido, qual o resultado dele. Estamos aguardando. Espero que depois do dia vinte e sete recebamos aqui.

Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Deputada Verinha Araújo, que solicitou e preside esta Audiência Pública; Deputado Ságuas; Secretária de Educação Ana Carla Muniz; Secretário Adjunto, Máximo;

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

Presidente do SINTEP, Júlio César; Julieta, representando o Conselho Estadual de Educação; o Salvador, que está representando o Deputado Humberto Bosaipo, que é o Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social desta Casa; e todos os superintendentes da SEDUC, aqui acompanhando a equipe de trabalho.

Eu quero justificar a nossa retirada após a nossa fala porque também fazemos parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que está reunida no gabinete do Deputado Carlão Nascimento. Então, eu vou colocar o meu ponto de vista e me retirarei.

Inicialmente, eu quero cumprimentar a todos, de uma forma especial os homenageados que vieram nesta tarde, as professoras Isabel, Maria Auxiliadora, da Escola Marechal Rondon e o diretor que representa aqui o Professor Helter, para receber estas homenagens justas, porque, realmente, embora estejamos debatendo a questão da valorização do profissional da Educação, ações que destacam através do afeto, da dedicação de cada um em sala de aula, somam muito e engrandecem as pessoas que dessa forma se dedicam. No caso das professoras, que aí envolve as famílias, no caso do professor que criou uma forma de utilizar substâncias da própria natureza para estar estimulando os alunos a raciocinarem, e assim por diante. Parabéns a vocês, continuem fazendo esse trabalho de afeto, de carinho com os alunos.

E gostaria de começar dizendo que o Professor Júlio César, quando ele disse que numa ocasião nós colocamos que inviabilizava as condições que se cobrava de reposição salarial, se nós seguíssimos aí as reivindicações do SINTEP. Talvez eu tenha expressado ou o senhor tenha entendido de forma equivocada, porque, inclusive, eu defendo e defendi na última discussão aqui a posição do SINTEP. Aliás, um dos pontos, Secretária Ana Carla, que eu cobro é que se esse grupo de trabalho consiga dar uma transparência em toda discussão que está sendo feita, desde aquela ocasião que foi formado o grupo de trabalho. Se tiver uma transparência, nós mostraremos se há viabilidade ou não.

Temos aqui um documento muito bem elaborado. O SINTEP está de parabéns pelas matérias aqui colocadas. No momento, esse grupo de trabalho, a SEDUC, trouxe, realmente, uma transparência de todas as condições financeiras existentes, da obrigatoriedade da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não teremos muito o que falar. Nós estaremos vendo, realmente, às claras da aplicação do repasse constitucional obrigatório. Então, entendo, dessa forma, que no momento que tivermos por parte da SEDUC colocado bem claramente que o recurso existente lá está sendo aplicado, haverão estratégias somente de distribuição desse recurso, que ficariam sobre discussão.

Então, entendo que é preciso melhorar. Eu vejo, através desse documento que o SINTEP trouxe hoje aqui, distribuiu, do sistema de avaliação do ensino básico, que está clara a necessidade de melhoria do sistema educacional, do profissional da educação. Nós sabemos que o salário é pouco, mas, também, existe a complexidade do tamanho do sistema.

Eu defendo que nós temos que ter, sim, esse grupo de trabalho. Ainda ontem perguntei ao Deputado Humberto Bosaipo - estou sempre perguntando a ele - como andam os trabalhos, porque encontro professores por da ativa, aposentados, que querem saber: "e o grupo de trabalho, até hoje não trouxe uma solução à categoria?"

Eu acho que isso precisa vir à tona e de uma forma bem clara, porque não tem muita discussão. No momento que tivermos os números postos, a arrecadação sendo feita e sendo passado o percentual que é obrigatório à educação e esse percentual sendo distribuído valoriza o profissional da educação, ou, então, mostra que não é possível mais do que aquilo.

Há alguns dias atrás esteve aqui, em Cuiabá, em um evento que o Deputado Federal Wilson Santos realizou no Hotel Fazenda Mato Grosso, o Secretário Estadual de Educação

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

de São Paulo, Sr. Gabriel Benedito Xalita. Ele trouxe, também, uma realidade que, embora seja o Estado mais desenvolvido, mais rico da União, ele tem problemas enormes com relação ao sindicato, com relação a discussão salarial.

Então, eu entendo que nós precisamos ter, dentro desse grupo de trabalho - está lá o Deputado Humberto Bosaipo participando de várias representações, e eu achava que o SINTEP teria de estar lá - os números postos. Aí, se houver divergências com relação a recursos, a forma de investimentos em programas de estímulo à leitura, se são programas de valorização salarial, programas que buscam ter material didático também mais viabilizado para os alunos, isso, com certeza, vai reparar muito o sistema educacional e não teríamos uma avaliação tão fraca como essa que vem aqui. Isso é triste.

No ano passado, eu li uma reportagem na revista *Veja* falando que Mato Grosso, hoje, está em décimo lugar no índice de desenvolvimento juvenil. É um avanço? É. E sou a favor do que a Secretária disse aqui, de que copiem os modelos, realmente, que estão dando certo no Brasil. Santa Catarina é o nº 1 no índice de desenvolvimento juvenil, e a Secretária está colocando aqui que está buscando esses modelos que estão bem sucedidos.

Então, quero me manifestar, aqui, dizendo que sou a favor da discussão desse debate da valorização dos funcionários da Educação. Há, realmente, uma distância muito grande da necessidade do professor para a realidade que ele vive hoje, mas nós só teremos os dados claros mesmo para poder cobrar, para poder radicalizar, a hora que tivermos esse grupo de trabalho com o trabalho levantado.

Preocupou-me aqui quando a Secretária Ana Carla colocou que dois mil aposentados estarão sendo inseridos, também, na reposição salarial. E os outros três mil? Será que... Eu não vou ter oportunidade de perguntar, mas depois eu pergunto a Deputada Verinha Araújo qual é a intenção daqueles outros que não foram inseridos aí.

Então, parabeno a Deputada Verinha Araújo pela iniciativa. É importante trazermos essa discussão aqui, embora tenhamos uma pequena participação, mas a imprensa está aí para repercutir, para poder colocar para a sociedade o que está sendo discutido aqui.

Coloco-me à disposição do SINTEP, da categoria, para buscar isto, sim, a transparência máxima possível dos recursos que vão para a SEDUC, que vão para a educação para que se discuta sobre as estratégias ideais para melhorar e valorizar os profissionais da educação. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Deputado Eliene.

Gostaria de anunciar que o Deputado Silval Barbosa e o Deputado Riva não estão presentes, porque, neste momento, estão reunidos com o Secretário de Estado de Fazenda, Waldir Teis.

Convido para fazer uso da palavra o professor João Pinheiro, que dispõe de dois minutos. Depois, fará uso da palavra a professora Maria Aparecida Cortez.

O SR. JOÃO PINHEIRO - Boa-tarde a todos.

Deputada Verinha Araújo; Sr. Júlio César, Presidente do SINTEP; todos os que fazem parte da mesa; e também meus caros colegas que fazem parte deste trabalho nesta tarde.

Gostaria de salientar aqui, Deputada Verinha Araújo, que a qualidade da educação passa por um momento muito difícil, como já vimos, colocado pelo nosso Presidente Júlio César.

Por que? Porque a qualidade do ensino tem uma forma de ser encaminhada, através de todas as condições, principalmente na questão das condições físicas.

Eu estava conversando com o nosso diretor. Eu leciono numa escola que já tem mais de 20 anos de construção, e nunca sofreu nenhuma reforma de grande porte. Inclusive não

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

temos uma quadra coberta, apesar da escola já ter ganhado todos os prêmios, representando o Estado no âmbito nacional e estadual no basquete. Ganhou todos os prêmios, todos os troféus, e até hoje não tem uma quadra coberta e nem lugar para treinar. Isso é uma vergonha! Uma escola que recebe o nome da mãe de um ex-Governador do Estado de Mato Grosso, Dr. Frederico Campos. Isso para nós é um tapa na cara, porque, enquanto o Governo constrói escolas pra todos os lados, a nossa escola sequer recebe uma reforma. Aqueles garotos, aqueles jovens que moram na periferia treinam onde não tem nem luz na quadra, onde tanto o professor como o diretor são voluntários. Nem é professor de educação física e não temos sequer uma quadra para aqueles jovens treinarem.

Isso passa também pela qualidade de ensino, porque se tivesse um local adequado para aqueles jovens treinarem, estaríamos num momento bem melhor do que o que se encontra.

Nós estamos com o telhado totalmente danificado, e no período das chuvas molha toda a escola. Essa é uma questão problemática. A parte elétrica não funciona também, não tem qualidade. Com isso, não tem como termos uma boa qualidade de ensino, sem falar dos nossos salários que estão muito defasados. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu que agradeço o professor João Pinheiro.

Agora, nós vamos abrir as inscrições para o plenário. Temos cinco pessoas inscritas. Nós vamos ouvi-las. Logo em seguida retornaremos à Mesa para a resposta. Não tem limite. Por enquanto nós vamos conduzindo pelo tempo. Nós ainda teríamos aqui mais uma hora de audiência. Então, para as cinco pessoas inscritas, nós estamos mediando pelo limite.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Maria Aparecida Cortês.

A SR<sup>a</sup> MARIA APARECIDA CORTÊS - Boa-tarde a todas, boa-tarde a todos!

Eu fiquei contente ao ouvir a prestação de contas aqui da Secretária, quando ela coloca, quando ela trata com muito carinho e respeito, imaginem se não fosse, porque com todo esse carinho, com todo esse respeito, nós temos situações severas e graves dentro das nossas escolas. E vai desde pessoas que estão trabalhando desde fevereiro até o momento sem receber e agora recebem um parecer da Dr<sup>a</sup> Renata dizendo que não pagará em função de que não tem vagas no quadro.

Lamento que a Secretaria demorou tantos meses para fazer uma verificação disso. Temos os nossos direitos que estão sendo pagos com mais de dois anos de atraso. Imaginem se não tivesse carinho. Temos uma Secretaria, um Estado, um Governo que por muito tempo nós tivemos paridade salarial e agora trata com diferença professores e professoras, efetivos e interinos e eu que sou funcionária de escola também. Imaginem se não houvesse carinho. Sou funcionária de escola, sou Técnica de Assuntos Educacionais e tive diferenciação na recomposição salarial, que não foi o aumento como anunciado.

Passamos por um momento difícil. Na prestação de contas faltou a Secretaria colocar quando que discutirá as políticas educacionais para o Estado de Mato Grosso, quando que fará as conferências, quando que fará a discussão do plano estadual de educação como marco para definir políticas. Apontou algumas coisas.

A rede física precisa ser visualizada. Onde é que tem essa Escola Atrativa? No Município de Várzea Grande, está ali o Hermógenes da Escola Professora Sarita Barcat, que já teve uma audiência para tratar do problema do prédio, o Licínio Monteiro, o Ubaldo Monteiro, o Gonçalo. Então, essas coisas precisam ser mais claramente colocadas.

Fiquei contente quando a Secretária disse da proposta, quando está dizendo que aumentará os coordenadores pedagógicos. Por quê? Porque o debate que nós fizemos durante este

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

ano, colocamos para a Secretaria com toda propriedade o equívoco que era a organização, como eles estavam fazendo a distribuição desses cargos.

Agora, o reconhecimento de que o nosso debate era o correto está confirmado quando a Secretária diz que terá que aumentar, quando a Secretária diz que terá que ter mais meninas e meninas de sessenta anos para fazer as limpezas.

Espero que aquele cálculo colocado na instrução normativa que define os quadros seja revisto. Por quê? Estava colocado que as meninas de sessenta anos deverão limpar mais de mil e quinhentos metros quadrados de uma escola, com toda saúde precária, com toda caça às bruxas que foi feito neste Governo. Então, quando ela anuncia que haverá essas mudanças, é a confirmação de que aquele modelo implantado, foi um modelo suicida, um modelo que nos trouxe prejuízos. Nossas escolas não discutem os problemas pedagógicos, porque hoje a coordenação pedagógica fica muito mais para resolver algumas questões administrativas que, aliás, tem tido muita dificuldade para falar com essa Secretaria, não tem tido condições de acessar.

No Conselho Estadual também vivemos crises. Crise, quando não podemos participar dos eventos fora do Estado, em função da chamada economia financeira. Crise, quando também não se discute uma política mais efetiva de educação. No momento, temos debatido as questões da alteração da Lei Complementar nº 49, feitas em grupos separados, são cinco ou seis grupos, cada um fazendo enxerto, remendo, conforme o fisiologismo. Então, essas coisas têm trazido para nós os embates, as dificuldades de participar e formular políticas mais coerentes.

Então, neste momento, quando a Secretaria vem fazer apresentação de contas, é uma prestação de contas inacabada, porque os problemas mais graves não foram mencionados, não foi trazida aqui nenhuma perspectiva de solução. Esperamos que isso possa ser revisto, para que possamos fazer uma educação com qualidade (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a professora Ivanildes Ferreira dos Santos; em seguida, o Professor Gilmar; depois, o Salvador. Se alguém ainda quiser se inscrever, por favor.

A SR<sup>a</sup> IVANILDES FERREIRA DOS SANTOS - Boa-tarde! Cumprimento a Mesa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo, guerreira, que sempre nos proporciona estes momentos para discutirmos e trazer às claras, à luz, os problemas e aflições da educação, que têm que ser bem vistos por nós, e do professor Júlio César, Presidente da nossa entidade, SINTEP, que está à frente, conduzindo os nossos movimentos e as nossas lutas.

O Deputado Carlos Abicalil, na ocasião do Dia do Professor, cumprimentou todos. Houve um ato, mas ele não pode estar presente, estava em Brasília, mas mandou um abraço caloroso a todas e todos os educadores do Estado de Mato Grosso.

Na tarde de terça-feira, dia 19, o Deputado Carlos Abicalil, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, discursou e falou da aprovação da pauta de reivindicação e da campanha salarial do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso. Pauta essa que não é nova, já conhecida por todos, e que por mais de uma vez foi conduzida ao Sr. Governador, à Secretaria de Educação, mas ainda não foi atendida.

Eu sou professora aposentada há muito tempo. Há quase quinze anos eu estou aposentada. Quando as professoras homenageadas colocaram nos seus projetos da assistência, da presença dos pais na escola, lembrei de quando eu trabalhava na escola e que isso era condição indispensável para o bom andamento da escola, para o sucesso da educação e para o sucesso daquelas crianças, dos alunos, adolescentes, na escola. Lembro-me que os pais eram parceiros na escola. Uma coisa que não se vê hoje. Eram parceiros. Os pais na educação infantil, no ginásio, que falávamos antigamente, no ensino básico, de hoje, eram presentes, eram parceiros em qualquer



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

situação que fosse para ajudar em qualquer tarefa. Mesmo nas tarefas mais simples da escola, eles estavam sempre dispostos.

Eu volto a olhar hoje a situação das escolas. Naquele tempo... Vamos dizer aquele tempo. Bem, eu tenho quatorze anos que aposentei. Vamos dizer que não tínhamos tecnologia nas escolas. As coisas eram difíceis, mas era difícil comparando o hoje com o ontem. Mas, de acordo com a realidade, tudo acontecia. O que era a tecnologia? Era a máquina de escrever, mas as coisas aconteciam.

Hoje nós vemos a tecnologia aí, mas existem os fatores que concorrem com isso, que é a violência, a droga, que não conseguimos banir do nosso meio.

Esta semana chegou lá uns alunos oferecendo pizza para poder ajudar na recuperação de algumas coisas que foram roubadas durante a noite, pois depenaram a escola toda. Isso todos os dias acontece. Todos os dias acontecem e sempre ficamos sabendo. Ainda leva sorte o guarda quando não é espancado.

Então, eu fico assim... Será que não é essa parceria com a família, com os pais, com a sociedade na escola... O que nós temos que fazer para que esses pais passem a ir às escolas? O seu filho passa metade do dia na escola, então, ele também tem que ir lá ver, acompanhar, porque não é só em casa.

Eu quero fazer duas perguntas para a Secretária, só para concluir. Se esses professores tivessem iniciativa de projetos... Eu acho que tem que ter esses projetos, atividades extraclasse, acompanhamento, para que essas crianças tenham um outro rumo, tenham uma outra condição de vida na sociedade, porque senão as coisas vão de mal a pior.

Aproveitando que a Secretária chegou, e para encerrar, eu quero fazer duas perguntas.

Eu sei que o problema é da sociedade, mas tem que ter alguém que encaminhe alguma coisa.

Gostaria de saber se a Secretaria de Educação tem alguma ação de combate à violência na escola, de combate aos assaltos nas escolas, porque são nossos impostos, é o dinheiro público que vai para o ralo, e que poderia ser investido em outras coisas.

Você falou aqui da isonomia salarial. Eu sou aposentada e sempre tive isonomia salarial. Sempre tivemos incorporado na carreira. Nós só perdemos a isonomia salarial agora, na última luta de reposição salarial, cortaram a isonomia salarial nossa.

Eu agora pergunto: dos 12%, o aposentado está fora? E as outras categorias, quando pedem licença para tratar de interesse particular, ou alguma coisa assim, ou de tratamento de saúde, essa isonomia é isso? Os 12% vão ser incorporados no salário do aposentado? Porque nós sempre tivemos, só foi cortado agora, nessa última greve, nessa última luta nossa.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Gilmar, e depois o Sr. Salvador.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA - Eu quero cumprimentar todos os presentes, aqui, em nome da Deputada Verinha Araújo, e parabenizar pela possibilidade de estarmos debatendo os problemas da educação, principalmente a valorização dos profissionais e trabalhadores da educação.

É muito bom, quero repetir as palavras da Cida, ouvirmos o que a Secretária de Educação falou hoje aqui, porque grande parte daquilo que ela colocava como revisão necessária para 2005, o SINTEP já colocava como problema no final de 2003.

Agora, nós vivemos situações complicadas neste ano, situações complicadíssimas. Eu quero começar falando do 0800. Nós estamos vivendo uma realidade em Mato Grosso, que é a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

realidade de terrorismo. A SEDUC tem colocado para cima dos trabalhadores uma situação de terrorismo.

Hoje o 0800 tem se transformado num dilema para alguns trabalhadores, não por causa do 0800, que eu não tenho nada contra alguém denunciar, ou denunciar anonimamente, ou fazer qualquer denúncia. O problema é a forma como se faz a averiguação dos fatos, dos supostos fatos. Isso é uma vergonha que está acontecendo em Mato Grosso. Espero que isso não tenha sido copiado de Santa Catarina.

Outra coisa: é a questão da política educacional. Mato Grosso é o Estado que mais tem matrícula em proporção na questão da Aceleração. E acho que isso aponta para uma discussão que foi começada aqui, hoje, que é a questão da qualidade. Não podemos debater educação em Mato Grosso se não debatermos a questão da qualidade. Eu sou professor da Aceleração, e sei o que está se passando com o Projeto de Aceleração, com a educação de jovens e adultos, que de forma nenhuma tem tido formação para os professores e profissionais que trabalham com educação de jovens e adultos neste Estado. Tivemos uma semana de formação, mas que formação teve lá? Aliás, seria interessante que se colocasse aqui, por parte da SEDUC, qual foi o resultado de uma semana de encontro dos trabalhadores com educação de jovens e adultos. Quais foram as críticas apresentadas lá.

Hoje nós temos uma realidade duríssima para quem trabalha com coordenação, que tem horário para chegar na escola e não tem horário para sair; profissionais da coordenação, que hoje estão deixando a coordenação - nós temos exemplos em Várzea Grande - que estão buscando outra atividade profissional porque não suportam mais ficar na educação.

A despeito das pesquisas que CNTE fez com o laboratório de Psicologia da UNB, mostrando desgaste que temos, físico, psicológico, emocional, e por aí adiante. E o que temos tido, do ponto de vista da Secretaria de Educação? Uma política de recursos humanos baseada na economia da folha de pagamento, numa relação de recursos humanos que coloca as pessoas em polvorosas no chão das escolas.

Estive em Santo Antônio de Leverger e fui procurado por profissionais da educação que, antes de passar pela perícia, já estavam com medo, por causa dos fatos que vêm acontecendo em Mato Grosso em relação à questão das licenças médicas. São essas questões que denunciam que modelo de política educacional está sendo desenvolvido em Mato Grosso e que aponta para o resultado que foi apontado aqui hoje: a péssima qualidade da educação, da aprendizagem.

Então, companheiros e companheiras aqui presentes, somos desafiados a transformar essa realidade no chão da escola, a começar pelos exemplos das companheiras que tiveram aqui hoje, mas não podemos perder de vista de que o projeto delas é apenas um que foi eleito entre doze ou vinte, que foi dos três mil, mas que são dos mais de vinte mil trabalhadores da educação que cada um traz um projeto dentro de si, e que, muitas vezes, não reúne as condições necessárias para nem bem desenvolver aquilo que é básico, que é garantir a aprendizagem do aluno. Pensemos nessa situação (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Gilmar.

Último inscrito é o Salvador, depois vou passar à Mesa aqui.

O SR. SALVADOR SANTOS PINTO - Boa-tarde, Deputada Verinha Araújo, que está presidindo esta Audiência Pública, a Mesa como um todo, aos participantes. Eu estou aqui representando o Deputado Humberto Bosaipo.

O Deputado esteve com a Secretária Ana Carla Muniz e falou da importância da presença dela aqui, do avanço que seria a sua presença nesta reunião de hoje.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

E hoje, ouvindo tudo o que aconteceu aqui, reacendeu, realçou a importância da presença dela, tudo de bom, as coisas positivas que foram comentadas, como também as coisas negativas na educação que foram bem colocadas.

Então, quero realçar a importância deste momento, de toda equipe praticamente da educação, do professor Máximo, que é um baluarte lá na Secretaria e de toda equipe aqui presente, das pessoas da Secretaria de Educação, dos Deputados por estarem ouvindo tudo o que foi colocado de bom e de ruim, porque é evidente que precisam de ações.

Uma Audiência Pública como a de hoje não é o fim, é o começo. Todas as Audiências Públicas têm, às vezes, esse malefício, que eu participo há dezessete anos na Assembléia Legislativa como funcionários desta Casa. Trabalhei com Deputados que são extremamente respeitados, como o Deputado José Lacerda, em 1997, que lutou pela implantação da UNEMAT aqui em Mato Grosso. Então, a importância democrática de se ouvir nessas discussões e de se trabalhar após estas Audiências Públicas... Nessas Audiências Públicas a gente vem, fala, fala, fala, ouve um lado, ouve o outro, acabou a Audiência Pública, acabou tudo? Pelo contrário, começam-se as ações a partir dessas Audiências Públicas.

O Deputado Humberto Bosaipo, como Presidente de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, cuja comissão é formada por cinco membros, vem procurando, ao longo deste ano, discutir e sempre colocou para o SINTEP, para o Júlio, as portas abertas da Comissão de Educação. A Comissão de Educação tem a finalidade de discutir todos os problemas de educação de Mato Grosso. A Comissão como um todo, e não somente o Deputado Humberto Bosaipo, a Deputada Verinha Araújo, mas a Comissão como um todo.

A política brasileira peca demais pelo individualismo dos Parlamentares, e isso é um fato estudado e reconhecido em todo o País. E nós precisamos valorizar as Comissões. A Comissão é a alma do Legislativo brasileiro e elas não são reconhecidas, infelizmente, nem pelos próprios Parlamentares e nem pela sociedade.

Então, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa tem um papel fundamental nas discussões dos problemas educacionais de Mato Grosso.

E também gostaria de colocar, em nome do Deputado Humberto Bosaipo, que vários problemas ocorrem pela falta de uma política de planejamento. São todos os problemas que têm que ser resolvidos de imediato. Por quê? Porque não existe um planejamento a longo e médio prazo.

O Dr. Máximo, que trabalha com planejamento... Existe a necessidade do planejamento a médio e longo prazo. Quando teve a discussão da reforma administrativa, o Conselheiro Valter Albano, em conversa pessoal comigo e com um colega, ele disse que esteve nos Estados Unidos em 1997...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Permita-me um reparo? Eu não trabalho no Planejamento, não! No Planejamento é o Superintendente, lá do Planejamento! Obrigado.

O SR. SALVADOR SANTOS PINTO - Mas eu sei que o senhor gosta.

O Conselheiro Valter Albano falou que nos Estados Unidos estavam discutindo a reforma administrativa, em 1997, que seria implantada nos Estados Unidos no ano de 2020. Aqui no Brasil não se aprova uma reforma, como por exemplo a reforma política, que tem fundamental importância para toda a sociedade. Está lá, parada. A reforma tributária não sai. Não sai uma reforma no país. Por que? Porque são todas reformas que são de efeito imediato.

Então, o Deputado Humberto Bosaipo defende e, inclusive, vai colocar na Comissão, Deputada, a necessidade da implantação do Plano Estadual de Educação, que é uma

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

antiga reivindicação do SINTEP. Ele, em breve, vai colocar essa questão do Plano Estadual de Educação, inclusive numa reunião em conjunto com o SINTEP e a própria SEDUC, porque já existe uma proposta e muitos dos problemas que existem, hoje, na Educação de Mato Grosso, poderiam ser resolvidos com esse plano.

Encerrando, quero parabenizar todos os que foram homenageados pelo Ministério. Vimos acompanhando ao longo dos anos sempre profissionais da Educação de Mato Grosso serem homenageados. Todos os anos. Isso é uma prova do bom profissional que existe em Mato Grosso na área da educação. Muito obrigado (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradeço o Sr. Salvador Santos Pinto.

Com a palavra, a Professora Julieta Domingues, representando a Presidente do Conselho Estadual de Educação, Professora Alaídes Alves Mendieta.

A SR<sup>a</sup> JULIETA DOMINGUES - Boa-tarde a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar e parabenizar a Professora Verinha Araújo por nos proporcionar esta audiência pública, ação extremamente relevante, porque tem sido pauta de discussão já do Conselho Estadual de Educação.

Gostaria de cumprimentar a Secretária de Educação, Professora Ana Carla Muniz; o Professor Antônio Carlos Máximo, Secretário Adjunto; e o Presidente do nosso Sindicato, Júlio César Viana.

Este tema, que hoje a audiência pública propõe, tem sido uma ansiedade da nossa categoria e do próprio colegiado do Conselho Estadual de Educação por entender que o seu papel, como a própria lei coloca, é de proponente de políticas educacionais de assessoramento à Secretaria de Estado de Educação. O conselho tem procurado cumprir com este papel fazendo as adequações, corrigindo possíveis erros nos procedimentos, para que esse assessoramento à Secretaria de Estado de Educação e a outros órgãos que compõem o sistema seja cada vez mais eficaz.

Neste sentido, assim que o conselho tomou conhecimento dos resultados do SAEB no colegiado, decidiu-se que o Conselho estaria constituindo uma comissão de estudos de aprofundamento dos resultados, ao final desses estudos de proposição, porque o conselho entende que, além dos resultados, nós precisamos propor o que é possível: ações concretas e contundentes para possíveis correções.

Então, Deputada, o conselho já está com uma comissão constituída de aprofundamento desses resultados. Ao final desses trabalhos, estaremos encaminhando a Secretaria de Estado todo o sistema e propostas no sentido de correção.

Com relação à revitalização do Fórum Estadual de Educação, tem sido também tema de discussão, de embates, de proposição dentro do colegiado porque o Conselho entende que o Fórum Estadual de Educação é um importante divisor de águas para que nós possamos encontrar e sanar as dificuldades que temos encontrado com relação aos resultados que o próprio SAEB nos apresenta. Então, revitalizar o Fórum para que ele seja um Fórum atuante, um Fórum propositivo e aquele que congrega, que sensibiliza, que traz todo o sistema educacional a favor de um objetivo único de superação das dificuldades, de aprendizagem dos resultados negativos, que há algum tempo vêm se apresentando. Percebemos que na ação isolada de cada órgão que compõem o sistema, não vamos alcançá-lo.

Necessitamos que esse Fórum assuma a sua posição perante o sistema, que seja o grande provocador, Secretária Ana Carla, dessas alterações que nós precisamos e dos resultados que nós precisamos colher. Então, nesse sentido nós queremos reafirmar o Conselho Estadual de

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

Educação e nos colocar à disposição para que possamos juntos pensar um melhor caminho para a solução desses problemas.

A Professora Alaíde está em uma comissão de reformulação de algumas resoluções. Por isso, estamos aqui e vamos levar a todo o Colegiado o quanto foi importante e está sendo importante esta audiência pública com a participação contundente e positiva a que nós estamos assistindo. Obrigada.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, professora Julieta.

Eu gostaria, antes de passar a palavra à Secretária, de dizer que nós recebemos o Orçamento para 2005, que, ainda, não começamos a analisar. Vamos começar agora, assim que estiver concluída as eleições. Nós tivemos, ontem, uma audiência para avaliar a execução orçamentária até o mês de agosto. São os recursos arrecadados e gastos de janeiro a agosto de 2004. Inclusive, tenho em mãos um relatório do Governo à Assembléia Legislativa - vou passar para a senhora - e, também, com a nossa fala, ontem, na audiência, sobre a execução orçamentária.

Com relação ao Orçamento de 2005, eu gostaria, Secretária, que depois fizéssemos uma audiência pública específica sobre o Orçamento. Uma coisa que eu queria que a senhora nos respondesse, porque eu detectei nas visitas que fiz ao interior do Estado, não só na Capital e em Várzea Grande, que nós temos uma quantidade enorme de escolas estaduais da rede estadual, que são da sua responsabilidade, que não tem quadra de esporte ou, quando tem, não é coberta. Vejo que essa é uma grande reivindicação das nossas comunidades. Uma vez coloquei isso - acho que a senhora ainda estava aqui como Deputada -, parece-me que foi feito um levantamento de todas as escolas estaduais em que não havia quadras de esporte. Se no Orçamento a ser enviado à Casa vem alguma coisa nesse sentido de resolvermos esse problema: onde tem, se precisa cobrir, como vai cobrir; onde não tem quadra, se será feita... Porque essa é uma reivindicação presente.

Uma outra coisa é sobre a reforma. O professor João fez aqui a pergunta sobre as quadras. Então, pergunto à senhora sobre reforma de escola.

Vejo, também, e a senhora uma vez disse que havia um levantamento da Secretaria de Educação sobre as escolas em áreas indígenas, que são escolas que precisariam ser construídas em áreas indígenas. Quer dizer, qual o levantamento da quantidade de escolas a serem construídas em áreas indígenas. Quer dizer, qual é o levantamento que tem da quantidade de escolas a serem construídas em áreas indígenas? E escolas de madeira?

Eu visitei uma escola agora em Nova Monte Verde - não sei de Vossa Excelência já foi lá - e vi cinco salas de aula de madeira, escola que tem vinte anos, e essas salas são as mesmas de vinte anos atrás. Não tem condições, são telhados de eternit, bastante quentes, e eu vi a situação precária de ensino e aprendizagem daquela escola, Escola Nova Monte Verde. Eu até fiz uma indicação ontem, mas me parece que vocês tinham o levantamento na Secretaria de Educação sobre essas escolas, e nessas situações seriam emergencialmente reformadas, substituídas por salas de alvenaria. E tem escolas que são de alvenaria, mas que já estão caindo, eu cito o caso de Canabrava do Norte, mas espero que lá já estejam resolvendo, porque tinha um pavilhão inteiro todo condenado, que não tinha aula por conta da situação precária do prédio.

Eu gostaria que Vossa Excelência me respondesse em relação às quadras de esportes. Qual é o levantamento que tem? Qual é a perspectiva de construção, reformas de escolas de madeira, escolas em áreas indígenas e escolas de alvenaria que também estão em situações precárias? Se tem um planejamento, qual é?

Essa é a resposta que eu quero que Vossa Excelência nos dê.

Eu não entendi muito essa questão da isonomia salarial para os aposentados, porque realmente quando nós votamos, em março, os 7,67%, ficaram de fora os professores

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

interinos, os funcionários e aposentados. Não, ficaram de fora os 12% de verba de regência, os professores interinos, que são os contratados, os funcionários e aposentados. Eu queria entender o que significa essa isonomia aos aposentados. Significa que já está consensuado na Comissão que eles serão contemplados com os próximos reajustes ou só eles terão reajustes? Como é que vai ser isso? E também os outros...

E essa proposta de política salarial que o Sindicato colocou aqui. O Sindicato apresentou já um cálculo de perda acumulada. Como é que Vossa Excelência, a Secretária de Educação está tratando esse tema da reposição salarial?

Era isso.

A SR<sup>a</sup> ANA CARLA MUNIZ - São várias respostas.

Nós estamos com os nossos técnicos aqui e eu vou pedir também um pouco do comprometimento deles, até porque nós lá temos o costume de decidir, com as diversas áreas, juntos. Nós temos todas as quartas-feiras reunião do comitê na Secretaria de Educação, onde os superintendentes discutem seus problemas, as dificuldades para avançar nos seus diversos assuntos e projetos.

Eu vou começar, Deputada Verinha Araújo, a respeito da reivindicação do Sindicato. A nós, oficialmente, foi entregue um ofício, assinado pela Secretária do Sindicato, Marli, pedindo para que a Secretaria de Educação, através da Secretária, recebesse o Sindicato amanhã para eles protocolarem as discussões da última conferência.

Então, eu já respondi ao Sindicato hoje, que receberia a categoria, mas que às 14:00 horas, como eles pediram, já tínhamos um compromisso agendado. Aí eu coloquei que às 10:00 ou 10:30 horas teríamos condições de receber o documento da categoria. Só foi isso.

Ela pontuou no ofício, se não me engano, três pontos: que a categoria amanhã faria uma paralisação no âmbito do Estado; segundo, entregaria documento; e um outro ponto que não me recordo, não estou com o ofício aqui. Não sei se alguém da nossa equipe tem a cópia. Mas nesse ofício, em nenhum momento foi colocado percentual pleiteado pela categoria. Acredito que amanhã, através de documento, tenhamos acesso. E amanhã mesmo já poderíamos marcar a primeira reunião para fazer as negociações, as discussões, enfim...

A respeito da colocação que a senhora fez das quadras de esportes nas escolas, encontramos, dentre as 630 escolas, uma situação muito difícil em relação aos prédios, às quadras e a realidade inclusive de trabalho para os profissionais, como bibliotecas, laboratório de informática, enfim... Mas nós, em um ano e dez meses, não temos condições de resolver todos os problemas. Há decadência da rede física. Não recebemos as 630 escolas organizadas e não conseguimos manter.

Ainda temos no século XXI, num Estado próspero, como o próprio Sindicato colocou aqui, uma rede física sucateada. Temos escola de madeira, como a Deputada falou no interior, em condições... Não é porque é escola de madeira. Existem casas de madeira em algumas regiões do País bem conservadas, bem arejadas, com iluminação apropriada. Não é discriminação contra a madeira. O problema é a condição, é o chão batido. Tem escola ainda de chão batido, onde tenho carta de professora, de diretora que fala: "Secretária, quando as crianças ficam agitadas, elas esfregam o pé no chão, a poeira sobe, e aí é uma semana de gripe na sala de aula". Então, essa realidade que encontramos. E são trinta e duas escolas nesse estado, Deputado. Dessas trinta e duas escolas, já fizemos dezenove. O compromisso público com o Governador e nosso é de zerar até o ano de 2006 as escolas de madeira.

Com relação às escolas indígenas, temos escolas indígenas que têm uma certa estrutura e temos escolas indígenas que não têm nenhuma estrutura, só cobertura de palha. E nós fizemos um compromisso no Governo itinerante, que o Governo instalou no Xingu, de construir dez

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

escolas estaduais nas diversas aldeias, até porque o Xingu tem uma extensão muito grande, algumas anexas de cidades próximas. É a realidade da educação. Então, para não ter que abrir, instituir todo um corpo, trabalha-se com salas anexas. Por exemplo, Canarana tem uma grande escola indígena, mas ela tem mais duas anexas, como exemplo. Nós estamos construindo essas escolas em parceria, grande parte com Prefeitura Municipal, porque ela tem mais facilidade, mais acesso de chegar à aldeia, tem mais proximidade com o cacique. Porque todas as discussões - e está aqui a equipe do ensino curricular que trabalha com a educação indígena - com os caciques são feitas na grande maioria com os prefeitos das regiões, porque eles têm uma certa desconfiança da distância do Estado em relação a eles.

Então, o que fizemos? Conveniamos com as Prefeituras para elas construírem, porque muitos desses materiais chegam através de balsas. Na região de Juína, por exemplo, nós temos os Cintas-Largas, estamos fazendo em parceria com a Prefeitura de lá, uma Prefeitura do PT, que, inclusive, no ano passado, inauguramos escolas lá conveniadas com o Prefeito.

Em relação às escolas indígenas, já estamos construindo 13 e, se não me engano, somente duas são licitadas pela Secretaria de Infra-Estrutura e a restante é conveniada com Prefeituras. As escolas de madeira estão sendo substituídas, há o compromisso público de zerar até o ano de 2006.

Quanto às quadras, no ano passado o Governador não autorizou a Secretaria de Educação a investir em quadras. Então, algumas quadras que foram construídas, foram feitas pela Secretaria de Esporte. Este ano conseguimos fazer alguns reparos, ajustar algumas coberturas, algumas, sendo quadras construídas, por exemplo, no Governo anterior, não desrespeitando a construção, mas que são verdadeiros silos. Fez-se uma incubadora. Aquilo ali é insuportável, de tão quente.

Em algumas situações, como a pilastra da quadra ficou dentro do piso, e aí chovia dentro da quadra, nós fizemos uma alça para que a queda da água pudesse levar a água para fora da quadra e até melhorar a ventilação.

Então, nós fizemos alguns reparos, pequenos investimentos, muito pequenos mesmo. Há, inclusive, uma discussão com os próprios Deputados para o ano de 2005, através de Emenda Parlamentar, de os Deputados terem condições de estar discutindo ou não isso...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Desculpe-me interromper Vossa Excelência, mas é justamente isso! Como nós estamos com o Orçamento... Eu, por exemplo, pretendo apresentar algumas emendas para construção de quadra.

Então, seria importante termos esse levantamento da Secretaria de Educação, de quais são as unidades escolares onde não tem quadra, onde tem e o que é o problema, porque com esse diagnóstico fica mais fácil fazermos, inclusive, uma discussão coletiva aqui com os Deputados. Se for possível... Agora, se nós apresentarmos emendas nesse sentido, teríamos que ter a garantia de que a emenda vai ser cumprida, de que a quadra vai ser construída.

Essa é a pauta de debate lá na Comissão, que está acontecendo agora.

A SR<sup>a</sup> ANA CARLA MUNIZ - Veja bem, Deputada, a discussão de emenda é de competência do Governador Blairo Maggi. Eu estou falando em cima das discussões que estamos ouvindo tanto da Assembléia Legislativa como do Governo, de que para 2005 haverá uma discussão de emendas parlamentares. Agora, para nós, Secretários, não chegou nenhuma orientação, nenhuma determinação.

Eu posso, mais ou menos, dar alguns números, mas gostaria que o Beraldo ficasse responsável, que é do Planejamento, de passar esse relatório para nós encaminharmos para a Assembléia Legislativa, para os Deputados terem em mãos. Se não me engano, das seiscentas e

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

trinta escolas, só duzentas têm; parte são cobertas e parte nem são cobertas. Mas esses dados nós temos na Secretaria e passaremos com o maior carinho.

Com relação ao laboratório de informática, uma outra carência, uma outra demanda, nós encontramos em toda história da Secretaria de Educação, noventa e oito escolas com laboratórios de informática. Conseguimos ampliar isso para cento e vinte, quer dizer, muito pouco, vinte e dois laboratórios de informática e estamos com cinco grandes projetos no MEC, um de quadra, um de laboratório e de outros projetos de demanda para buscarmos parceria junto ao governo federal. Então, há uma expectativa grande para que nós possamos estar ampliando as necessidades das nossas escolas.

Com relação a apoio técnico, que o Gilmar colocou, para 2005, essa ampliação em cima de erro, não foi nada disso, Gilmar. O que eu quero dizer a você é o seguinte: a realidade que encontramos em 2003 foi que em 2002 não havia critério de distribuição desses servidores. Em 2003, o que nós fizemos foi usar uma tabela e um critério organizando e definindo para 2004. Inclusive, o coordenador nem remunerado era, fazia o trabalho voluntário, diferente do diretor que tem a remuneração, e nós conseguimos remunerá-lo. A ampliação para 2005 não é só de um, eu citei vários itens dos três mil novos postos de trabalho, e é em cima da realidade da ampliação da nossa rede física. Nós construímos sessenta novas escolas. São seiscentas e oitenta novas salas de aula. Seiscentas e oitenta!

Esse número, Deputada, inclusive do que é reforma, do que é ampliação, do que é construção nova, do que é substituição de madeira, do que é construção de escola indígena, eu tenho um mapa pendurado na minha sala. Nós vamos mandar. Então, eu tenho um mapa, o que é escola indígena fizemos um cocar desenhado para diferenciar das escolas da cidade, quer dizer, temos o maior carinho e o maior cuidado em passar esses dados, até porque são investimentos públicos. Então, de forma nenhuma é em cima de erro, não, até porque, se fosse erro, nós assumiríamos. Ninguém é professor de Deus aqui. Esse Governo não foi eleito para salvar todos os problemas em quatro anos. A realidade da rede física, o sindicato conhece há muitos anos. E nós temos feito esforços. Agora, nós estamos fazendo nossa parte. Vamos resolver todos os problemas nos quatro anos? Não sei. Se conseguirmos, ótimo. A sociedade verá aos olhos; aos olhos ela estará vendo. Então, veja bem, a realidade da rede física, a realidade das quadras, a realidade da exclusão digital dos nossos alunos estaduais, nós encontramos e estamos tentando resolver, amenizar. Se não revolvermos tudo, pelo menos, temos a consciência de que estamos tentando amenizar.

Quanto a questão da formação do EJA, do PEJA, dos profissionais do EJA, estão aqui as nossas duas Superintendentes. A Superintendente Adjunta, inclusive, é da formação e ela vai falar. Quem discutiu todo o critério dessa formação foi a equipe efetiva da rede pública estadual que, por hora, ocupa um cargo público. Então, essas questões, quando são colocadas, temos de ter muito cuidado, porque são seus colegas. Eu gostaria, inclusive, que cada um da equipe se pronunciasse: dos Recursos Humanos, do Planejamento, da Formação do Ensino em Currículo e o Dr. Jonas, porque, quando chegamos - o Dr. Gabriel e o professor Máximo tinham instalado o 0800, em cima de uma reivindicação do sindicato - muitos servidores reclamavam que não conseguiam ter um retorno da sede da Secretaria, como também, por várias vezes o Sindicato falou que a nossa sede estava inchada. A Secretaria tinha novecentos e oitenta e dois funcionários e hoje funciona com seiscentos e oitenta. A nossa meta interna de compromisso com o Governador Blairo Maggi é trabalhar com quinhentos e cinquenta funcionários. Agora, quando instalamos o acesso à assiduidade, que sobrou funcionário, não tinha mesa, nem cadeira, aí que nós fomos ver a realidade da sede da Educação. Ninguém está perseguindo funcionário, até porque a avaliação médica não é nossa. É da SAD. O médico não é funcionário da Educação. Ele é funcionário da Secretaria de



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

Administração. É a ela dada a responsabilidade de dar ou não a licença médica. Agora, o que nós encontramos - e vocês devem estar acompanhando o trabalho da SAD - é que havia médicos que ofertavam licença sem a real necessidade, o que, inclusive, foi motivo de demissão, mas, aqui, não vou ficar falando das ações da SAD.

Então, eu quero ter muito desprendimento de discutir. Eu tenho humildade para receber críticas, reconhecer erros, porque não sou perfeita. Tenho, com certeza, muitos defeitos e algumas qualidades. Agora, dizer que não está sendo dado o direito de defesa... O Dr. Jonas vai falar do critério da Legislação, do critério de como se monta uma sindicância, de quantos advogados tem que ter. Quer dizer, essas coisas que têm que ter carinho de ouvir.

Então, eu gostaria de, concluindo, agradecer e dizer que toda a nossa equipe da Secretaria de Educação está aberta a toda categoria, desde o funcionário mais humilde até o mais graduado do sindicato: os diretores, assessores, todos. A nossa equipe está toda aberta à discussão, à indagações e à avaliações, porque, muitas vezes, vocês não têm no dia-a-dia o acesso a um Secretário-Adjunto ou Secretaria, mas têm, muitas vezes, a equipe.

Eu gostaria de começar pelo Dr. Jonas, dizendo da questão do 0800, da questão da abertura da sindicância, porque nós temos uma servidora aqui, e ela, com certeza, vai pontuar as suas aflições e as suas reivindicações.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu gostaria, até para concluirmos... Quem da Superintendência vai utilizar a palavra, além do Dr. Jonas? Porque ainda temos o Júlio para falar, aí nós encerramos... Todos vão falar? Há necessidade de todos falarem? Só quatro? Então, três minutos para cada um aí, porque já são quinze para as 17:00 horas, e o limite é até às 17:00 horas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE CARVALHO - Temos que ter o direito de nos defender.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Mas é bom Luiz. Para você ver como foi importante esse debate. Vocês vão falar, pode ficar tranqüilo.

Com a palavra, o Dr. Jonas.

O SR. JONAS TEIXEIRA MOTTA - Boa-noite a todos os senhores e senhoras. Desejo cumprimentar a mesa em nome da Deputada Verinha Araújo.

Gostaria de dizer aos senhores, diretores e professores de escolas, que estamos fazendo um trabalho na Secretaria de Educação para as pessoas, professores e profissionais da educação, que, por um acaso, tenham cometido algum erro na sua vida, no dia a dia da escola. Em momento nenhum estamos acusando as pessoas sem dar o direito de defesa. Certo? Então, a pessoa é convocada para prestar a sua informação.

Foi aberta uma Comissão de Ética na Secretaria, na pessoa do Dr. Régis, que é o Presidente da Comissão, um profissional de carreira, professor como os senhores são também. Então, não está tendo nada contra o professor. Nós estamos fazendo um processo de erradicação dos problemas que estão acontecendo nas escolas.

Quando nós começamos a fazer o trabalho na Secretaria teve até uma entrevista que foi feita com o Júlio, em que ele disse que a Secretaria deveria também educar os professores, os profissionais que trabalham na escola, para que não ocorressem as falhas que estão ocorrendo com os diretores de escola na aplicação do dinheiro público.

Com a fala dele, nós também começamos um trabalho de orientação aos diretores e coordenadores de escolas. Nós fizemos até uma parte com o Luiz Antônio em várias cidades do Estado. Este ano nós já fomos em 15 pólos, dando orientação de como prestar conta, como fazer um bom uso do dinheiro público.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Nós temos também várias denúncias em que professores estão violentando as crianças. Então, estamos indo contra essas atitudes, afastando o professor da escola.

Têm casos também de atentado violento ao pudor. Nós não podemos deixar acontecer isso. Eu acho que o sindicato também pensa da mesma forma. Não podemos deixar que continue acontecendo isso.

Temos casos em que professores e funcionários da escola estão tendo casos amorosos dentro da escola, passando para a sociedade uma coisa que não poderia acontecer, ensinando mal os alunos, dando mau exemplo. Então, nós temos que corrigir.

Toda a ação da Secretaria está dando ampla defesa às pessoas, aos professores.

Eu gostaria de saber da professora que falou agora há pouco de processo na Justiça... Quem é?

(A PROFESSORA MANIFESTA-SE NA PLENÁRIA.)

O SR. JONAS TEIXEIRA MOTTA - Pois não, senhora.

Qual é o problema da senhora?

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Usa o microfone aqui, Anelise.

O SR. JONAS TEIXEIRA MOTTA - Por favor.

A SR<sup>a</sup> ANELISE DOS SANTOS LEITE - Boa-tarde.

Eu estou aqui indignada, com certeza, Secretária, quando foi colocada essa questão do 0800.

Sou uma das que no Congresso Estadual do SINTEP, pedi individualmente para que o Congresso Estadual do SINTEP encaminhasse uma Moção de Repúdio a essa forma desse telefone, da forma como está sendo usado.

No dia 19 de junho, eu estou na coordenação da Escola Raimundo Pinheiro, no período noturno, houve lá um Festival de Música MPB, envolvendo alunos, professores. Esse festival estava dentro do Projeto Pedagógico da Escola Raimundo Pinheiro. Transcorreu na sua calmaria, para a qual houve muitos elogios.

E pasmem. Na segunda-feira, após o festival, houve uma denúncia anônima, envolvendo o meu nome, o nome da professora Anelice dos Santos Leite, com vinte e oito anos de serviço público, com a questão da palavra drogas.

Logo, em seguida, foi colocado na Delegacia do Coxipó da Ponte, foi feito um termo circunstanciado envolvendo a minha pessoa com a cópia do disque-denúncia. O que está no termo circunstanciado da Delegacia de Polícia de Coxipó da Ponte é a cópia do disque-denúncia, daquilo que foi denunciado.

Fui chamada para depor na Delegacia de Polícia do Coxipó da Ponte. Chegando lá, eu, uma educadora, encontrei-me em situações nas quais, Sr<sup>a</sup> Deputada, passei mal duas vezes. A primeira vez por enxergar pessoas chegando, naquele local, “apanhadas” e algemadas. Na condição de educadora, isso é muito degradante para nós. A segunda vez, quando as pessoas que lá estavam presas, no fundo da delegacia, ouviram que havia um advogado ali naquele estabelecimento, começaram a bater nas grades gritando que queriam falar com o advogado que estava presente.

Hoje, esse termo circunstanciado está na Justiça Criminal, na qual o meu nome aparece como ré. Eu sou ré de um crime que eu não cometi.

Já houve a primeira audiência, que foi no dia 10 de agosto. A juíza queria que eu assinasse um termo dizendo que eu era responsável, que eu era culpada. Eu não aceitei, porque eu não sou culpada. Eu sou inocente.

A segunda audiência era para ser realizada agora, no dia 23 de setembro. Não houve a audiência, porque o juiz, o Dr. Mário Roberto, está à disposição da Justiça Eleitoral. Está

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

marcada agora para o dia 27 outra audiência. E todas essas situações eu estou passando até provar na Justiça Criminal que eu sou inocente...

A SR<sup>a</sup> ANA CARLA MUNIZ - Quem fez o termo? Quem mandou o termo?

A SR<sup>a</sup> ANELICE DOS SANTOS LEITE - Quem mandou o termo na Delegacia foi a Sr<sup>a</sup> Eliane Pimentel, mãe de duas crianças da Escola Raimundo Pinheiro da Silva.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Eu gostaria que a senhora esclarecesse duas coisas: a senhora está sendo acusada por que crime? O crime de entrar com droga na escola ou de abrir a escola para o evento?

A SR<sup>a</sup> ANELICE DOS SANTOS LEITE - Estou sendo acusada do crime de estar sendo conivente com o tráfico e o uso de drogas na escola. Era só isso que eu queria dizer. São 28 anos de serviço público, nunca coloquei os pés numa Delegacia de Polícia.

O SR. JONAS TEIXEIRA MOTTA - Professora, mas a senhora mesmo disse que não foi a Secretária que foi lá fazer a denúncia contra a senhora. Todos os processos que são feitos na Secretária são administrativos. Nós não mandamos ninguém para a Delegacia. Nós não remetemos denúncia para...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - E a cópia do disque-denúncia?)

O SR. JONAS TEIXEIRA MOTTA - Ela acabou de dizer que foi a mãe das crianças que levou... Nós não levamos!

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. JONAS TEIXEIRA MOTTA - Ela pode ter ido à Secretária e solicitado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - E por que entregou a cópia? Não pode!

O SR. JONAS TEIXEIRA MOTTA - É um documento público, Deputada! Como é que não pode?

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Não! Veja bem, eu acho que isso aí depois, Dr. Jonas, merecia uma discussão do encaminhamento dessa situação, porque eu vejo que qualquer denúncia apresentada, por exemplo, o Ministério Público Estadual tem um 0800, recebe denúncia, mas ele averigua e ninguém pega a cópia da denúncia lá e sai dizendo que fulano é isso ou aquilo.

Então, talvez nessa forma da condução de receber a denúncia, a Secretária de Educação não pode disponibilizar esse documento para ninguém, sem verificar se essa pessoa que está sendo acusada, realmente, é procedente ou não, porque senão fica parecendo que a pessoa é criminoso. Então, aí foi o erro. Eu acho que isso tem que ser reparado.

O SR. JONAS TEIXEIRA MOTTA - Deputada, nesse ponto de vista da senhora, nós vamos verificar o seguinte: já que teve esse disque-denúncia, vamos pegar o caso dessa professora e verificar o que aconteceu na Secretária, se foi investigado, o que aconteceu na escola, qual o final dessa investigação, para poder também colocar à disposição dela para ela poder se defender na delegacia, para também provar sua inocência. Então, estamos à disposição dela, para que nos procure na Secretária, para que nós possamos averiguar onde está esse processo que foi feito a investigação dessa denúncia.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, nós agradecemos, Dr. Jonas.

A SR<sup>a</sup> ANA CARLA MUNIZ - Agora, independentemente de ela ter feito ao disque-denúncia, eu concordo com a Deputada Verinha Araújo, que nós temos que resguardar porque há o amplo direito de defesa de todos os lados. Independentemente do 0800, a mãe por vontade própria fez na delegacia a denúncia. Quer dizer, com certeza, a professora que estava junto

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

com a diretora presente na escola... Eles tinham que responsabilizar alguém, não tem como responsabilizar o prédio da escola. Então, como tinha alguém, funcionário da escola talvez no evento, eles rolaram querendo culpar uma coisa que... Aí, eu defendo a professora porque a responsabilidade da educação do filho é da família, dos pais. O professor tem a responsabilidade do conhecimento, da educação.

Então, eu concordo, acho poderia pegar esse caso como exemplo porque ela usou, talvez, uma cópia do 0800, falando: “Inclusive, eu fui lá na educação, denunciei, tal, está aqui,” anexou ao processo, quer dizer, para dar mais gordura ao processo, para dar mais respaldo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Mas o único documento que a acusa é a cópia do disque-denúncia. O único! O dique-denúncia é anônimo, como é que o juiz pode ter acatado um documento desse como prova?

O SR. JONAS TEIXEIRA MOTTA - Ela deve ter feito a denúncia. A mesma mãe que foi à Delegacia deve ter feito a denúncia.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Está bem, vamos superar. Eu acho que é importante para que isso sirva como discussão interna na Secretaria, da forma como isso está sendo encaminhado.

O SR. JONAS TEIXEIRA MOTA - Deputada, eu só gostaria de salientar a Vossa Excelência que temos sindicâncias administrativas, a Comissão de Ética que apura acontecimentos em menor monta e têm sindicâncias e processos administrativos que são abertos quando acontece alguma irregularidade de maior vulto, como problema de ato sexual. Nós estamos tendo muita parceria com o Ministério Público. O Ministério Público, também, está em cima para que possa solucionar esses problemas em várias cidades do Estado. Nós temos na região Sul do Estado dois casos; em Tangará da Serra tem caso; em Porto dos Gaúchos tem caso; em Juína tem caso. Então, nós estamos dando todo apoio ao Ministério Público para que possamos dar continuidade a esse trabalho.

Está prevista, ainda para este ano, a realização de um encontro com a Promotoria de Justiça do Estado, a Procuradoria de Justiça do Estado, o Tribunal de Contas do Estado, para que se possa, juntamente com a SEDUC, dar maior treinamento para os diretores de escola, presidentes de Conselhos Deliberativos Escolares e tesoureiros, para que eles possam, da melhor maneira, fazer prestação de contas e aplicar o dinheiro público. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

Qual o outro Superintendente? Eu vou conceder três minutos.

A SRª ANA CARLA MUNIZ - Formação do EJA, dos profissionais.

Zileide Lucinda Santos ou Evanildes...

A SRª ZILEIDE LUCINDA SANTOS - Boa-tarde a todos!

É um prazer estarmos aqui, neste espaço, discutindo. Por isso a tranquilidade da nossa Secretária. Em todos os momentos que fomos chamados para discutir, aqui estivemos.

Bom, neste primeiro momento, eu gostaria de colocar a nossa responsabilidade na Secretaria, minha e da professora Evanildes, que é Superintendente Adjunta de Ensino e Currículo, juntamente com o professor Máximo e a Secretária, de estar pensando políticas pedagógicas para todas as escolas estaduais de Mato Grosso. Então, essa é a nossa responsabilidade. Nós atendemos nessa perspectiva a educação indígena, a educação especial, a educação de jovens e adultos, o ensino fundamental e o ensino médio.

Quando foi colocada aqui a questão do coordenador pedagógico - e vou tratar do coordenador primeiro -, eu quero dizer que essa é uma discussão importante para travarmos porque, quando chegamos na Secretaria, esse foi um dos grandes problemas que todos os professores e

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

coordenadores da rede estadual nos colocaram. E qual era a primeira situação? “Zileide, não nos sentimos parte da equipe gestora da escola. Primeiro, porque nós somos contratados como professores e recebemos como os professores para atender apenas um período na escola.”

Essa realidade foi detectada e sentimos que realmente não tínhamos um coordenador pedagógico na escola que respondesse por todas as questões pedagógicas. O que nós tínhamos? Tínhamos um coordenador no período matutino que respondia pelo período matutino, apenas; no período vespertino, pelo período vespertino; no período noturno, e assim sucessivamente. Então, era essa a reclamação da comunidade. Quer dizer, para tratar da gestão pedagógica da escola tínhamos que tratar com todos eles de forma muito sectarizada. E foi nesse sentido que fizemos uma reflexão, discutimos e encontramos essa alternativa: Nós precisamos ter um coordenador que seja responsável pela gestão pedagógica lá no interior da escola, e essa é responsabilidade dele, hoje.

A responsabilidade dele é mapear a questão de produtividade da escola, que hoje nós ainda temos essas dificuldades; trabalhar de forma articulada com a equipe gestora da escola na articulação da formação continuada dos profissionais. Então, esse é um dos grandes eixos do trabalho do coordenador pedagógico.

Agora, o que o Gilmar está colocando, isso também é histórico, é o que a Secretária coloca. É um problema histórico que vem se arrastando, quer dizer, o coordenador não tem assumido esse papel e tem sido esse o nosso grande desafio. Não que ele fique lá correndo, fazendo questões administrativa, mas que realmente faça o seu papel.

Nós temos já um curso com esses coordenadores, onde estaremos discutindo, junto com os coordenadores, durante esse processo, quer dizer o papel, a função, como que ele pode, realmente, estar desenvolvendo a sua função lá no interior da escola.

A questão da educação de jovens e adultos - e aí eu preciso ressaltar que a Secretária teve um papel muito importante nessa questão do Coordenador Pedagógico... Eu, como pedagoga, fui coordenadora durante muito tempo e entendo que isso é importante. Quer dizer, hoje o coordenador tem uma gratificação que antes não existia. Não foi uma luta fácil, não foi de um dia para o outro, ela teve que vir e colocar a importância, aqui na Assembléia, e isso foi aprovado. Então, hoje nós temos os nossos coordenadores com as suas gratificações.

Precisamos agora avançar na questão da formação continuada, que é o que já vai acontecer nesse próximo mês.

Em relação à formação da EJA - infelizmente o Gilmar, que fez a colocação aqui, já saiu, e aí é um prejuízo porque as pessoas não acompanham o processo, e quando vão lá, naquele momento pontual, elas não têm um histórico - essa capacitação da EJA foi pensada, inclusive, junto com o grupo dos nossos consultores da Universidade, quer dizer, ela não foi pontual, mas começou no ano passado, onde discutimos com os professores, e os professores levaram tarefas pra suas escolas. Lá no interior da escola aconteceram as discussões com todos os professores. Inclusive, aquelas escolas que quiseram a presença da SEDUC e dos nossos consultores, lá estivemos ajudando nesse repasse para os outros professores. E agora, essa capacitação que tivemos, foi, na realidade, a continuidade. Então, eles trouxeram os trabalhos que foram desenvolvidos na escola para darmos continuidade.

E agora aconteceu a mesma coisa. Quer dizer, levaram novamente as tarefas, vão estar discutindo e vão estar socializando isso na escola.

Essa foi uma experiência pela qual recebemos elogio. O professor perguntou da avaliação, a avaliação foi altamente positiva. Nós temos a avaliação lá e podemos socializar com o SINTEP; a avaliação da Universidade também foi positiva, ela coloca que é a primeira vez que a

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

SEDUC faz um trabalho seqüenciado, que não é uma capacitação naquela questão pontual, que começou e terminou ali.

Então, é isso...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Está esgotado o seu tempo, professora.

A SR<sup>a</sup> ZILEIDE - Quero me colocar à disposição de todos nessa questão da discussão da política pedagógica para o Estado. Muito obrigada.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

Com a palavra, o Sr. Luiz Antônio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO - Boa-tarde a todos, boa-tarde à Mesa, cumprimentando a todos.

No dia de hoje, nesta audiência pública, Deputada Verinha Araújo, cumprimento e agradeço pela oportunidade que Vossa Excelência nos dá de podermos contrapor, de colocarmos nossas posições e falarmos um pouco sobre o Recurso Humano da Educação.

O Recurso Humano da Educação não é como um RH qualquer. O Recurso Humano da Educação é o maior do Estado. Ali tem várias complexidades, várias situações, uma legislação complexa e até pouco tempo atrás havia uma ausência de planejamento. Quando assumimos o Recurso Humano, há mais ou menos 15 meses atrás, nós identificamos uma grande ausência de planejamento de curto, médio e longo prazo, especialmente na folha, na gestão do quadro de pessoal, no controle, e assim por diante.

O cenário de agosto de 2003 era horrível, um cenário péssimo. A folha de pagamento de pessoal crescia de forma vegetativa, sem controle, sem precedentes. Nós sabíamos qual o valor da folha quando a folha era empenhada. Como nós chegamos a essa situação?

Chegamos nessa situação ao longo dos dez, doze anos que houve a capacitação, investimentos necessários. É uma política de priorização. Ou seja, torna o recurso humano um parceiro estratégico da administração da SEDUC. Porque em todas as políticas referentes à SEDUC, praticamente em todas, envolve-se pessoal. E envolvendo-se pessoal, envolvem-se recursos humanos. É por isso que a Secretária Ana Carla Muniz tem essa prioridade em transformar os recursos humanos em parceiro estratégico na tomada de decisões.

O cenário, como bem disse, não era favorável. E nós iniciamos a implementação de uma política de planejamento, de organização. Política essa que, ouvindo as falas de alguns colegas - eu me considero colega, porque tivemos várias oportunidades de conversar, debater, com a Helena, e com outras pessoas que não estão aqui do SINTEP - eles chamam de política de custo, econômica, mecanicista, mas não é verdade. Não é assim! Eu convido vocês a conhecer mais um pouquinho dos princípios administrativos, principalmente o princípio do planejamento.

O planejamento começa na nossa casa, receita, despesa, um confronto dessas duas contas, e você projetar isso ao longo do prazo...

A professora Ivanildes, está presente ainda? Ela fala da isonomia, dos custos da Secretaria. Ela fala de equiparação salarial, dos não enquadrados na LOPEB. Explicando um pouco melhor para a senhora e também para o Deputado Eliene, que fez essa referência, o Gilmar fez essa referência também, a Deputada, e explicar para vocês em breve palavras.

A Lei n° 6.027 é uma lei de 1992. Essa lei era uma lei que regulamentava todos os cargos de carreira do Estado. Ou seja, o Estado tinha uma única carreira.

A partir de 1998, o Governo adotou uma política de subsídios. Ou seja, fazer planos de carreiras separados para cada categoria de cada Secretaria. E assim a Secretaria de Educação, inclusive foi a primeira, implantou a Lei Orgânica dos professores, no dia 1° de outubro

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

de 1998. Bem dito o professor Júlio que disse que um dos princípios da LOPEB é: todos são educadores da Educação, todos são educadores! E para ser educador da Educação, nós temos que ter exigências, temos que ter requisitos, algumas habilitações e essa habilitação foi exigir escolaridade mínima em 2º grau completo na época.

O que acontece? A lei, nas suas Disposições Transitórias, prevê um prazo de oito anos. Para que? Para que essas pessoas que não tivessem essa escolaridade, se capacitassem e aí eram enquadradas de forma temporária, fizessem a Arara Azul em forma de caráter definitivo.

Acontece, Deputada, que em 1998 já tinha um bom número de pessoas que já tinham se aposentado e não tinham se enquadrado na LOPEB: não tinham o 2º grau. Quer dizer, estavam à margem da lei. Até hoje nós temos ainda pessoas em atividade, que não tem o 2º grau e que não são enquadradas na LOPEB.

Hoje, na SEDUC, são 3.600 pessoas nessa situação, sendo 2.200 pessoas já aposentadas. E o que acontece? Como elas não foram enquadradas na LOPEB, elas não sofrem os efeitos da LOPEB. Num dos últimos aumentos concedidos à categoria, desde 1998 até a data de hoje, já usando a metodologia da matemática financeira simples, já foram concedidos 42,37% de reajuste. O que aconteceu? Essas pessoas, desde 1994, não tiveram sequer 1% de reajuste, de realinhamento, de recomposição. Nada! Foi isso que aconteceu!

No grupo de trabalho, inclusive não era pauta esse assunto, nos debates que tivemos com a sociedade - e aqui faço um agradecimento ao Conselho Estadual de Educação, que participou de todas as reuniões, os SIPROs - nós chegamos e identificamos essa situação. E, ontem, tivemos a grata satisfação, quando a Secretária apresentou a proposta de realinhamento.

Só que ampliou um pouco mais, Deputada! Essa Lei nº 6.027 é uma lei do Estado. Essa lei é de todos os cargos do Estado, não somente dos cargos da SEDUC. Hoje, existem 5.500 pessoas nessa situação e o Governo vai estender o benefício para todas essas pessoas. É esse o esclarecimento que fizeram...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só uma pergunta: vai estender com o dinheiro de onde?

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE CARVALHO - Bom, isso já está impactado...

A Srª Ana Carla Muniz (FALA FORA DO MICROFONE) - É um documento que vai ser entregue ao Governador, que vai se transformar numa mensagem que virá para cá, para aprovação da Assembléia Legislativa, para autorização da Secretaria.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE CARVALHO - O tempo é curto. Nós só queríamos agradecer mais uma vez a nossa oportunidade de pronunciar e pedir colaboração aos presentes do SINTEP quanto aos enfrentamentos, Professor Júlio, das licenças médicas.

A perícia não é da SEDUC, é da SAD. A Helena, no início do ano, foi até os Recursos Humanos e levou algumas situações que resolvemos, porque houve alguns equívocos da perícia. Solicitamos algumas reavaliações. Mas, qual é a colaboração que nós pedimos ao senhor? Essa de estar, realmente, fiscalizando os casos e de trazer para nosso conhecimento para tomarmos as providências e, principalmente, fiscalizar também aquelas concessões indevidas; aquelas concessões em que o professor está doente para o Estado, mas está bom para o município ou para a escola particular; aqueles casos em que o professor está doente para o Estado, mas passa ponto e ele está bonzinho; aqueles professores que estão doente para o Estado, mas é dono de restaurante e estão carregando panela, podendo exercer. Essa contribuição nós esperamos também por parte dos senhores com muito prazer. Muito obrigado (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Agora, para encerrar, eu vou passar a palavra para o Professor Júlio que dispõe de cinco minutos.

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - Bom, companheiros, eu quero aqui mais uma vez agradecer à Assembléia Legislativa, em particular, à Deputada Verinha Araújo, pela convocação desta audiência pública. Espero que nós tenhamos, realmente, a oportunidade de aprofundar debates que foram iniciados aqui.

Eu não tenho e nunca tive nenhum constrangimento em encaminhar para a Secretaria de Educação. Se nós formos algum dia fazer o levantamento dos arquivos históricos da Secretaria de Educação, verão lá diversos encaminhamentos feitos pelo sindicato, no sentido de denunciar irregularidades que foram praticadas no contexto da educação. Mas, se alguém espera que o sindicato venha ocupar o papel de polícia, está equivocado sobre o processo histórico em que é constituído o sindicato e, principalmente, sobre a responsabilidade histórica do sindicato.

Não compete ao Sindicato exercer o papel de polícia. Compete, sim, ao Sindicato receber as denúncias, como sempre fez, encaminhar ao órgão devido para que tome providências necessárias.

Então, nesse sentido, Luiz Antônio, eu não acatarei a sua provocação.

O Sr. Luiz Antônio - Júlio...

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - Deixe-me concluir. Eu tenho uma postura que para mim é fundamental, que é ouvir. Essa é uma coisa que eu passo horas e faço tranqüilo para poder falar. Essa, para mim, é uma condição necessária. Eu sempre tenho essa postura de ser ouvinte.

Nesse sentido, companheiro eu não tenho nada. Agora, não podemos ter claro e quando fomos chamados a opinar sobre a questão do disque-denúncia deixamos muito claro qual era a posição do Sindicato, que nós jamais fomos e jamais seríamos coniventes com qualquer irregularidade praticada na educação. Agora, nós estamos vivendo um momento que é preciso que tenhamos referências históricas. É triste do ser humano que perde suas referências históricas. Nós temos que ter cuidado porque em um dado momento da história, em um determinado espaço geográfico da comunidade humana, criou-se uma coisa chamada: nazismo. E lá se usavam processos que não gostaríamos que fossem reproduzidos. Eu tenho certeza de que quem tem encaminhado algumas questões no contexto da Secretaria de Educação também não quer estar reproduzindo situações como essa.

Hoje, qualquer um, professor Máximo, pode chegar no disque-denúncia e fazer uma denúncia contra a professora Maria Antônia Martins dos Santos. E ela será culpada até que prove a sua inocência, em uma inversão da lógica do princípio jurídico de uma sociedade democrática, Dr. Jonas, em que nós é que temos que provar a culpa. Ela, de antemão, já é afastada. De antemão, *a priori*, ela já é afastada.

Eu penso que essa questão é complicada, feita dessa forma. Se isso pode servir para nós aprimorarmos o processo, por outro lado, nós teremos muitas pessoas ficando vulneráveis aos desejos mais cruéis e mais perversos que algumas pessoas podem ter sobre alguma pessoa individualmente.

Então, eu acho que nós temos que buscar métodos de aprimoramento disso aí para que não venhamos nos constituir numa sociedade, ou criar um mecanismo, ou reproduzir uma sociedade que nós não queremos mais sua existência. Eu acho que é importante buscarmos isso aí.

Ora, dizer que não tínhamos regras para o processo de atribuição de aulas ou de atribuições de funções docentes no Estado não é verdadeiro. É possível buscar nos *Diários Oficiais* de 1987, quando pela primeira vez foi instituída em Mato Grosso uma instrução normativa para cada



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

ano de atribuição de aula. Cada ano, nós tínhamos um mecanismo, alguns deles, incansavelmente, discutido durante meses para se chegar a essa conclusão, para se chegar àquele encaminhamento. Então, não podemos dizer que não tínhamos regras. As regras podem não ser adequadas, mas eu acho que nós temos todo um processo de acumulação para poder também ser superado.

Bom, companheiros, eu penso como o educador que há uma coisa que é fundamental na educação, e essa eu busquei e tenho buscado constantemente e aprendi a planejar, que é a aprendizagem. Essa é a finalidade, para mim, do processo educacional.

O Sr. Antônio Carlos Máximo - Concede-me um aparte, Júlio César?

O SR. JÚLIO CESAR MARTINS VIANA - Já estou concluindo, aí, depois eu devolvo...

O Sr. Antônio Carlos Máximo - Eu só queria um aparte.

O SR. JÚLIO CESAR MARTINS VIANA - Eu já estou concluindo.

Os estudos que nós temos do SAEB têm mostrado que os nossos planejamentos, do ponto de vista pedagógico, não têm mostrado os resultados necessários.

Para mim, a questão administrativa e a questão burocrática são submissas ao planejamento educacional-pedagógico, quando se trata da questão educacional. Ela que vai definir quais são os melhores encaminhamentos administrativos e encaminhamentos burocráticos que nós temos que dar, mas não estamos conseguindo isso. O resultado está aí: SAEB. Não fui eu que inventei isso.

Então, agradeço mais uma vez à Deputada e espero que possamos ter outra oportunidade com a Secretaria, num ambiente que for para debatermos problemas relacionados à questão educacional. E como tem sido a nossa prática histórica para isso aí, eu acho que a conferência é uma boa oportunidade. Um abraço.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós gostaríamos de agradecer a presença de todos e todas e encerrar a audiência...

O Sr. Antônio Carlos Máximo - Eu gostaria de falar. Fiquei o tempo todo à Mesa e não usei da palavra. Fui convidado para participar da Mesa, mas não usei a palavra em nenhum momento.

Estou pedindo um minuto para falar e gostaria que a postura democrática da Deputada me garantisse um minuto de fala.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Sr. Secretário Adjunto, todos da Mesa foram consultados se gostariam de usar a palavra e em nenhum momento chegou que o senhor gostaria de usá-la.

O Sr. Antônio Carlos Máximo - Estou pedindo.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - E aí nós conduzimos de forma que todos tivessem direito. A Secretária de Educação usou mais do que o necessário. Foi oferecido, e eu acho que seria muito injusto e ficaria até numa situação de desigualdade.

O Sr. Antônio Carlos Máximo - Eu insisto, pediria um minuto, usando do princípio democrático que a senhora defende.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Tudo bem. Para que o senhor não saia daqui dizendo que não teve direito à fala. Mas deixo esclarecido que foi ofertada ao senhor a possibilidade de falar e o senhor não falou em outro momento não porque a Mesa não permitiu.

O Sr. Antônio Carlos Máximo - Não estou dizendo isso.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, não venha utilizar a estratégia de deixar todos falar e querer fechar...

O Sr. Antônio Carlos Máximo - Não é isso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR**  
**DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO**  
**DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - ...porque não foi essa a condução da Mesa.

O Sr. Antônio Carlos Máximo - É apenas uma referência à fala do Júlio.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu vou conceder um minuto ao senhor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Obrigado.

Eu só quero dizer que eu não aceito, em nenhum momento, qualquer insinuação que relacione o 0800, o disque-denúncia da SEDUC, com o nazismo. Eu não aceito essa pecha, acho uma provocação do Júlio, dura e deselegante, sobretudo porque não fomos nós os primeiros a instalar o 0800. O Governo do PT, o Paulo Renato, que é um petista e democrata, tem um 0800 antes do nosso. Portanto, não é esse o mecanismo, não tem uma associação direta com o fachismo. Ainda que o 0800 permita fazer denúncias anônimas, denúncias desonestas inclusive, não é necessariamente um recurso fachista.

Eu acho que o senhor deveria tomar cuidado e pedir desculpas por uma insinuação desse tipo.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós queremos, então, agradecer, mais uma vez, a presença de todos e de todas, principalmente das autoridades que estão à Mesa.

Eu acho que o debate foi importante. Incitou que existem divergências. E fica o desafio, Secretária, para a realização de uma conferência, para que mais debates como este ocorram, porque, muitas vezes, aqueles que estão nas unidades escolares detectam as questões e não têm a oportunidade de serem ouvidos.

Então, eu acho que foi um momento inclusive para que a senhora também, na posição de gestora, possa até fazer algumas reavaliações.

Eu acho que o 0800, a forma como foi colocado aqui, eu acho que o próprio depoimento da professora Anelice traduziu realmente algumas situações que colegas vêm sofrendo. Essa não é a primeira vez que recebi reclamações de que muitas vezes ocorre algo na escola vai para o 0800 e a pessoa não tem o direito de se defender. Ela já se torna ré sem nem ter sido ouvida. Quando vê o seu nome já está até na página de jornal.

Então, eu vejo que é preciso que isso seja reavaliado lá na Secretaria de Educação. Por que não receber algo por escrito também, formalizado, com provas, para que algum processo dê andamento, para que inicie o andamento disso? Porque ligar e falar, qualquer um pode fazer, agora, para provar tem que ter a prova.

Então agradeço, muito obrigada, e vamos fazer outros momentos como este aqui, sem estresse.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR  
DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO  
DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

---

- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques;
- Ila de Castilho Varjão.